

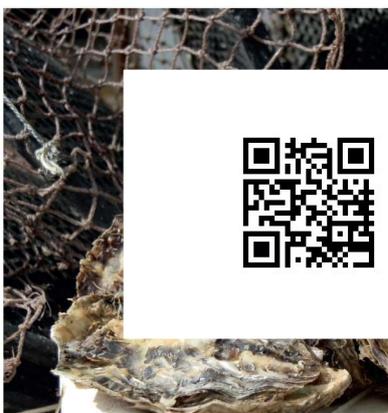
# COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA



# CIDASC



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019



issuu



## RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos aos Senhores Conselheiros, Clientes, Fornecedores e Sociedade em Geral o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhado do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal.

### 1. A CIDASC

A Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC, fundada em 27 de novembro de 1979, é empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, com sede e foro em Florianópolis e atuação em todo o estado de Santa Catarina.

O atendimento à população é realizado de forma descentralizada através de sua estrutura organizacional, que consiste em: Administração Central em Florianópolis, Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul, 19 Departamentos Regionais, 63 Postos de Fiscalização de Trânsito, 2 Laboratórios e 1 Posto de Classificação Vegetal em todo o Estado de Santa Catarina.

Desde sua fundação, a CIDASC tem como objetivo garantir a excelência sanitária dos rebanhos e lavouras do estado. As atividades desenvolvidas seguem os seus objetivos principais consignados no Estatuto da Companhia (Decreto nº 87/2015), sob delegação, coordenação e orientação da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca como seguem:

- Executar os serviços de defesa sanitária animal e vegetal e assegurar a manutenção do serviço de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, por meio do registro dos estabelecimentos e de seus produtos e da fiscalização do ato de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal executado por profissionais da medicina veterinária habilitados pela CIDASC;
- Promover, apoiar e executar os mecanismos de armazenagem, abastecimento e comercialização de produtos de origem animal e vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos;
- Promover e executar os serviços de fiscalização da produção vegetal e de fiscalização, padronização, certificação e classificação de produtos de origem vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos;



- Prestar serviços laboratoriais para análise de resíduos tóxicos em produtos de origem animal e vegetal, solo, ração e demais análises laboratoriais relacionadas com a produção e comercialização de animais e vegetais, seus subprodutos, insumos e resíduos, incluindo análises de controle de qualidade em apoio à fiscalização da produção agropecuária;

- Estabelecer critérios para credenciamento, reconhecimento, extensão para novas demandas tecnológicas e monitoramento de s para exercício das atividades previstas no inciso IV deste artigo, bem como fiscalizar sua execução; e

- Desenvolver as atividades de operador portuário no Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul.

O serviço da CIDASC é destaque internacional e contribui diretamente para que Santa Catarina mantenha dois certificados internacionais, concedidos pela Organização Mundial de Saúde Animal – OIE: Área Livre de Febre Aftosa sem vacinação e, junto com o Rio Grande do Sul, de Zona Livre de Peste Suína Clássica – PSC. O reconhecimento possibilitou a abertura de mercados externos e fortaleceu o agronegócio do estado.

O planejamento estratégico da empresa está sustentado nos seguintes pilares:

- Visão: Ser reconhecida como referência e excelência em Sanidade Agropecuária.
- Missão: Executar ações de Sanidade Animal e Vegetal, preservar a Saúde Pública, promover o Agronegócio e o desenvolvimento sustentável de Santa Catarina.
- Valores: Excelência, Legalidade, Transparência, Credibilidade.

## 2. DESEMPENHO OPERACIONAL

### 2.1 MAIORES DESTAQUES

Durante o ano de 2019, a CIDASC registrou, com o apoio do Governo do Estado de Santa Catarina, da Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural, e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, conquistas em diferentes áreas.

Um dos diferenciais de Santa Catarina são os status sanitários de Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação e Zona Livre de Peste Suína Clássica, e isso é de extrema importância para a economia catarinense.

Este ano foi marcado pela reorganização e informatização de serviços prestados pela CIDASC, buscou-se a otimização do uso da mão de obra técnica, direcionamento e a priorização das atividades.



## 2.2 DEFESA ANIMAL

O Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal coordena a execução dos programas sanitários nacionais e estaduais, orienta produtores e cidadãos, e fiscaliza o cumprimento de normas sanitárias. Em 2019 ocorreu a reorganização do serviço de Defesa Sanitária Animal por meio da publicação de Procedimentos Operacionais Padrão, a reavaliação dos critérios de risco, o planejamento consistente de atividades de Defesa Sanitária Animal para o próximo ano, a implantação de ferramenta de registro eletrônico de atividades, que servirá para acompanhamento da execução das metas e para coleta de dados, eliminando a necessidade de envio de relatórios pelas unidades regionais e locais. Buscou-se a otimização do uso da mão de obra técnica por meio de informatização, organização, direcionamento e a priorização de atividades.

O Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal atuou na manutenção do reconhecimento internacional de Zona Livre de Peste Suína Clássica e de Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação, através da execução de um sistema de vigilância ativa para febre aftosa, possibilitando demonstrar para os organismos internacionais de referência e para os parceiros comerciais, a inexistência da doença nos rebanhos catarinenses e, ao mesmo tempo, reforçando o vínculo da CIDASC com os produtores, com a finalidade de estimular a notificação de eventuais suspeitas da doença.

Para realizar as atividades da Defesa Sanitária Animal, a Companhia conta com aproximadamente 150 médicos veterinários efetivos, que garantiram a manutenção, em 2019, da certificação como Zona Livre de Peste Suína Clássica. As atividades de vigilância executadas nas granjas de suínos possibilitaram que os produtos catarinenses alcançassem os mercados mais exigentes do mundo, respondendo por 56,45% das exportações brasileiras de carne suína.

Outra ação importante realizada pela Defesa Sanitária Animal em 2019 foi o atendimento a notificações de suspeitas de síndrome nervosa, com detecção de um foco de *Scrapie* e de 61 animais positivos para raiva. As ações de prevenção e vigilância resultaram em 41 abrigos de morcegos monitorados e em 72 ações de manejo populacional de *Desmodus Rotundus*. Em novembro, a venda de vacina antirrábica chegou a pouco mais de 806.000 doses. Um aumento significativo em relação aos anos anteriores (323.625 doses em 2017, e 239.250 doses em 2018), resultado das atividades educativo-sanitárias feitas em propriedades no entorno dos focos detectados.

### Fiscalização de Trânsito

Uma atividade decisiva realizada pela CIDASC para promover medidas de proteção sanitária é a fiscalização de veículos e cargas em postos nas divisas do Estado ou em barreiras móveis nas estradas. São realizadas constantemente ações de vigilância e fiscalização para manter o status de excelência sanitária catarinense, visando prevenir a



introdução de doenças que colocam em risco a saúde pública, a sanidade animal, vegetal e os interesses econômicos do estado.

O sistema funciona o ano inteiro, 24 horas por dia, sete dias por semana, para garantir um dos maiores patrimônios do Estado: a sanidade agropecuária de Santa Catarina. Neste ano foram realizadas pelos profissionais da Companhia cerca de 550 mil fiscalizações de trânsito em postos fixos e 220 fiscalizações com barreiras móveis. Foram emitidas 1,2 milhão de Guias de Trânsito Animal – GTA's. Atualmente, o produtor pode solicitar a GTA de qualquer computador com acesso à internet e impressora, através da plataforma Sigen+. A capilaridade do sistema consolida a interação entre 200 mil produtores rurais e a CIDASC.

### **Defesa Sanitária dos Animais Aquáticos**

O serviço de Defesa Sanitária dos Animais Aquáticos serve para promover a segurança sanitária dos animais aquáticos criados no território catarinense, e é realizado em três passos: monitoramento da condição sanitária dos locais de produção, controle do trânsito desses animais e inspeção dos produtos antes de chegarem ao consumidor.

Santa Catarina é o maior produtor de moluscos bivalves (ostras, mexilhões, vieiras e berbigões) do Brasil, e estes produzidos no litoral catarinense são de grande importância gastronômica, sociocultural e econômica das regiões produtoras. Reconhecendo tal valor, a CIDASC atuou firmemente no monitoramento microbiológico e de ficotoxinas (maré-vermelha), atendendo a legislação sanitária vigente e aumentando a segurança no consumo. Sendo assim, em 2019 foram realizadas 733 análises para a presença de ficotoxinas na carne dos moluscos de cultivo, como forma de monitorar os moluscos; 286 análises para a presença de microrganismos contaminantes presentes na carne dos moluscos bivalves; e 243 análises na água de cultivo para detectar a presença de algas produtoras de toxinas.

### **Capacitação**

Durante o ano, a Defesa Sanitária Animal promoveu e participou de diversos cursos de capacitação para a vigilância sanitária e a defesa agropecuária no Estado.

Foram realizados treinamentos voltados à implantação da ferramenta eletrônica do Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergências Veterinárias – SISBRAVET do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, visando o registro e acompanhamento das notificações imediatas de suspeitas de doenças e das investigações realizadas pelo Serviço Veterinário Oficial, com a capacitação de aproximadamente 150 participantes, em todo o Estado.

O Departamento também organizou o II Fórum Catarinense de Prevenção à Febre Aftosa, que contou com 130 participantes, e o Workshop e Simulado com a participação de diversas entidades públicas (PMSC, DCSC, MAPA, e outras) e entidades privadas, na



Defesa Civil de Santa Catarina – CIGERD, em Florianópolis, com a finalidade de promover o compartilhamento de informações relevantes entre os setores interessados e subsidiar o Governo Estadual na tomada de decisões estratégicas relativas à manutenção da condição de livre de febre aftosa sem vacinação e ao aperfeiçoamento do Serviço Veterinário Oficial em Santa Catarina.

Com o objetivo de agilizar os trabalhos foi elaborado e disponibilizado curso na plataforma virtual do Moodle, da Fundação Escola de Governo – ENA, para médicos veterinários, sobre as doenças de notificação obrigatória e o sistema de informação zoossanitária, capacitando os profissionais para o registro das notificações de doenças na Ficha Epidemiológica Mensal, do sistema informatizado e como pré-requisito para a habilitação de médicos veterinários pelo Serviço Veterinário Oficial.

### 2.3 APOIO LABORATORIAL

Os laboratórios da CIDASC, localizados nos Departamentos Regionais de Joinville e Chapecó, realizam diagnósticos de doenças em animais em apoio aos programas coordenados pelo Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal. O Laboratório de Chapecó que é credenciado ao MAPA para realização de exames de Anemia Infecciosa Equina e Antígeno Acidificado Tamponado (AAT) para brucelose, também presta serviços a terceiros.

Em números, os Laboratórios de Diagnóstico em 2019 somaram em torno de 17 mil exames, dentre eles para detecção de Raiva, Tuberculose, Brucelose e Anemia Infecciosa Equina. Recentemente, o Laboratório de Chapecó foi auditado pela CGCRE/INMETRO e solicitou a extensão de escopo para realização do Teste de Polarização Fluorescente, utilizado como teste confirmatório em animais reagentes ao teste AAT ou inconclusivos no teste do 2 Mercaptoetanol; o TPF será muito importante na confirmação dos casos de brucelose em bovinos e na eficiência do saneamento dos rebanhos.

O apoio dos laboratórios também ocorre na triagem de amostras de monitoramento de várias doenças como a influenza aviária, a febre aftosa, a peste suína clássica, raiva dos herbívoros, brucelose e tuberculose, doenças de animais aquáticos e doenças em abelhas. Foram triadas em torno de 19 mil amostras e foram produzidos e distribuídos 385 kits de meios utilizados para conservação destas amostras colhidas a campo.

A Divisão de Apoio Laboratorial e a Coordenação Estadual de Erradicação da Brucelose e Tuberculose Bovina, através do Edital n° 001/19, autorizou neste ano três Laboratórios em Santa Catarina para o diagnóstico de Tuberculose Bovina pela Técnica de ELISA, visando incrementar a vigilância da tuberculose no estado.

As atividades da Defesa Sanitária Animal no Estado visam manter a sanidade dos rebanhos e garantir a qualidade dos produtos de origem animal e a saúde única. O



apoio laboratorial faz parte desta atividade, sendo ferramenta importante na vigilância de doenças que possam afetar os rebanhos de Santa Catarina.

## 2.4 INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

O Serviço de Inspeção Estadual tem como objetivo a manutenção da saúde pública, através da realização de ações de fiscalização, supervisões e auditorias em estabelecimentos que manipulam e elaboram produtos de origem animal, e dessa maneira garantem a qualidade e inocuidade dos alimentos, permitindo a comercialização dos mesmos.

O corpo técnico do Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DEINP elabora e coordena as ações de profissionais médicos veterinários para atuar em todo o Estado de Santa Catarina. O trabalho consiste na realização de capacitações e no suporte técnico em todas as áreas que envolvem os produtos de origem animal (produtos cárneos, lácteos, pescados, mel, ovos e seus derivados).

Os procedimentos são realizados na seguinte ordem: vistorias dos locais onde as indústrias serão instaladas; análise e aprovação de projetos de construção; análise da rotulagem de produtos e acompanhamento das atividades de rotina nas indústrias finalizando com a emissão e entrega do título de registro.

No Departamento atuam cerca de 220 médicos veterinários habilitados, vinculados a 12 empresas credenciadas e 80 médicos veterinários vinculados à CIDASC por meio de convênios firmados com prefeituras. São 550 estabelecimentos credenciados no SIE (Sistema de Inspeção Estadual). O DEINP também certificou e realizou fiscalizações de manutenção em mais de 38 estabelecimentos sob o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA), condição necessária para que estabelecimentos com selo SIE possam comercializar a produção fora do Estado de Santa Catarina.

Em 2019, ocorreram mais de 2300 fiscalizações nos estabelecimentos que possuem o Serviço Estadual de Inspeção – SIE ou que almejam possuir este serviço; mais de 1260 análises documentais de processos, incluindo avaliações de reformas e ampliações de estabelecimentos, rotulagens de produtos e alterações de dados cadastrais; mais de 9.000 amostras de alimentos foram colhidas e processadas em laboratórios oficiais ou credenciados pela CIDASC, destas amostras, 245 foram processadas no LANAGRO e 125 fizeram parte do programa do Ministério Público de Santa Catarina – MPSC.

Dentre as análises realizadas para fins de monitoria e fiscalização, 84% estavam em conformidade com os padrões microbiológicos e físico-químicos avaliados, tendo o DEINP adotado medidas de fiscalização apropriadas visando à correção dos produtos considerados não conformes.

### Capacitação



Com o intuito de capacitar continuamente os profissionais atuantes na área, o Departamento lançou neste ano o projeto de Capacitação Online em Inspeção de Produtos de Origem Animal. O projeto oferecerá, ao longo de dois anos, 10 cursos voltados às avaliações de registros e documentos, à recepção, avaliação e segregação dos animais, ao abate de emergência, à avaliação clínica dos animais antes do abate e avaliação patológica dos achados de necropsia, à execução das técnicas de exame nas linhas de inspeção, ao julgamento e destinação de carcaças e vísceras e à inspeção sanitária criteriosa na produção industrial de leite e derivados, ovos, mel e pescados. Conhecimentos nas áreas de higiene e tecnologia de produtos de origem animal também são abordados durante os cursos. No ano de 2019 foram lançados dois cursos online, onde mais de 620 profissionais foram capacitados.

### **Modernização do Serviço**

Em 2019 também ocorreram avanços significativos no processo de informatização dos controles do Serviço de Inspeção Estadual, através da implantação de telas que permitirão a obtenção de relatórios mais rápidos e assertivos por meio do uso do Sistema de Defesa Agropecuária Catarinense (Sigen+). Entre as telas elaboradas e implantadas, destaca-se a de cadastro de produtor de novilho precoce, que atualmente pode ser realizada pelo próprio produtor, a qualquer momento, pelo sistema. Cabe ressaltar que, desde que implantado, o Programa Novilho Precoce, coordenado pelo DEINP, tem a função de estimular os produtores pecuários de Santa Catarina à criação e desenvolvimento de animais que possam ser abatidos precocemente, fato importante para a economia e para a qualidade da carne catarinense disponibilizada aos consumidores.

Com o intuito de definir e harmonizar os procedimentos de autocontrole, o Departamento de Inspeção publicou, em março de 2019, uma Instrução de Serviço (03/2019) esclarecendo e determinando que todos os estabelecimentos registrados no SIE disponham de programas de autocontrole (PACs) desenvolvidos, implantados, mantidos, monitorados e verificados, com registros sistematizados e auditáveis que comprovem o cumprimento dos requisitos higiênico-sanitários e tecnológicos pertinentes à atividade. Tais medidas reforçam a segurança dos alimentos produzidos em estabelecimentos sob SIE.

O Procedimento Operacional Padrão (POP) nº 01, que versa sobre a obtenção do SIE, foi revisado e publicado na data de 19 de maio de 2019. Este POP permitirá maior uniformidade e celeridade nos processos de obtenção de SIE em Santa Catarina. As principais melhorias foram: redução do número de etapas e redução do número de análises laboratoriais; os processos passaram a ser recebidos digitalizados; incluído no POP a Instrução Normativa nº 05/2017, a qual prevê tratamento diferenciado para a agricultura familiar desde que comprovado atendimento aos requisitos previstos na legislação; as taxas foram reduzidas a uma única taxa que será cobrada no final do processo, conforme legislação.



O DEINP, com o objetivo de atualizar o Procedimento Operacional Padrão nº 02, que trata sobre o processo de análise e aprovação das rotulagens e memoriais descritivos de produtos de origem animal dos estabelecimentos registrados no SIE, publicou uma nova versão do documento no dia 06 de setembro de 2019. Destacam-se, dentre as principais mudanças e atualizações: autorização para que o médico veterinário habilitado possa avaliar e aprovar a produção de novos produtos; incorporação de esclarecimentos sobre o correto preenchimento do memorial descritivo de fabricação e rotulagem e sobre a tramitação dos processos de avaliação e aprovação de rótulos; revisão do memorial descritivo de fabricação e rotulagem; revisão do manual de carimbos do SIE e seus modelos, adaptado com base nas normativas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); incorporação e simplificação dos processos contidos na Instrução de Serviço 06/2018, que trata de produtos não regulamentados; definição de procedimentos para digitalização de documentos e tramitação via Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos – SGPe, quando necessário; padronização e definição sobre o arquivo e envio de memoriais.

Mediante publicação da Portaria SAR nº 23/2018, a qual delega à CIDASC a incumbência de elaborar Normas Internas Regulamentadoras, o DEINP apoiou a Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e Desenvolvimento Rural – SAR na regulamentação da “língua patê”, chamada de Embutido de Carne Suína – SCHMIERWURST, publicada pela Portaria SAR nº 29, de 27 de junho de 2019.

O Departamento também certificou e realizou fiscalizações de manutenção em estabelecimentos sob o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA), condição necessária para que estabelecimentos com selo SIE possam comercializar a produção em todo país. Além disso, o Departamento e diversas indústrias sob SIE foram auditados pelo MAPA. Ao todo, 38 estabelecimentos possuem SISBI em Santa Catarina, sendo três novos estabelecimentos incorporados ao sistema no ano de 2019.

Atualmente são mais de 500 estabelecimentos ativos registrados no Serviço de Inspeção Estadual, sendo a inspeção extremamente importante e necessária para o desenvolvimento socioeconômico do Estado, contribuindo, de forma incomensurável, para a manutenção da saúde da população de Santa Catarina e do Brasil.

Esforços conjuntos por meio das ações do DEINP, participação da população, inspetores, responsáveis técnicos e agroindústrias são um mecanismo importante para que os objetivos do Serviço de Inspeção, em 2020, continuem sendo alcançados visando excelência na área de inspeção de produtos de origem animal, preservação da saúde pública, promoção do agronegócio e desenvolvimento de Santa Catarina.

## 2.5 DEFESA VEGETAL



O trabalho de Defesa Sanitária Vegetal é essencial para proteção e desenvolvimento dos ecossistemas agrícolas, além de estabelecer as diretrizes que orientam as boas práticas de agricultura. Dessa forma, permite a comercialização dos produtos agrícolas segundo as exigências dos mercados nacional e internacional.

O Departamento de Defesa Sanitária Vegetal conta com 45 engenheiros agrônomos e 30 técnicos agrícolas, que atuam na área de fiscalização de insumos, defesa sanitária vegetal e classificação de produtos de origem vegetal. Atualmente, o Departamento conta com 6.154 unidades de produção com Certificação Fitossanitária, e conta com outras 1.442 unidades de consolidação.

O trabalho desenvolvido na área contribuiu para que Santa Catarina realizasse importantes conquistas no mercado agrícola. O Estado é maior produtor brasileiro de maçã e a CIDASC monitora constantemente a praga *Cydia Pomonella*, para manutenção do status sanitário de área livre da praga, e o Cancro europeu das pomáceas, a fim de garantir que os tratamentos culturais estão sendo realizados adequadamente para eliminação da praga, ações estas que garantem mercados. Além destas, as outras ações realizadas pela CIDASC, através da Defesa Sanitária Vegetal, são fundamentais para a manutenção do status fitossanitário de Santa Catarina, reconhecido como Área Livre de Praga do Moko da Bananeira (ALP) e Sistema de mitigação de risco para Sigatoka Negro e Cancro cítrico.

Em 2019, a Defesa Sanitária Vegetal identificou um índice de conformidade das análises de resíduos de agrotóxicos em produtos de origem vegetal em Santa Catarina de 82,69%.

### **Fiscalização em propriedades**

O Departamento Estadual de Defesa Sanitária Vegetal realizou, nesse ano, 580 fiscalizações em propriedades rurais e mais 460 inspeções de levantamento de pragas.

A fiscalização em estabelecimentos comerciais é outra ação realizada pelo Departamento, em 2019, foram feitas 1250 fiscalizações em estabelecimentos de comercialização de agrotóxicos, sementes e mudas. Além disso, foram realizadas fiscalizações em agentes de cadeia vegetal, totalizando 260 fiscalizações em unidades de consolidação e comerciantes.

No mês de novembro, em alusão do aniversário de 40 anos da CIDASC, o Departamento promoveu o “Curso para habilitação de responsáveis técnicos para a emissão de CFO/CFOC” em São Joaquim; a “Reunião técnica dos órgãos estaduais de fiscalização de agrotóxicos”, em Florianópolis; e o II Exercício Simulado de emergência fitossanitária, em Corupá. Nos eventos a CIDASC recebeu representantes de órgãos estaduais de defesa sanitária vegetal de 11 estados, promovendo a construção conjunta de conhecimento.



Em 2019, a rastreabilidade dos produtos vegetais foi consolidada em Santa Catarina. O programa e-Origem atingiu 259 municípios do estado, com 3370 produtores e 14716 códigos gerados para que os produtores possam acessar o mercado de produtos.

## Política Estadual de Defesa Sanitária Vegetal

O ano de 2019 é um marco para a Defesa Sanitária Vegetal catarinense. Santa Catarina têm agora uma Política Estadual de Defesa Sanitária Vegetal, que traz as medidas necessárias para preservação da sanidade vegetal. As normas são para impedir a entrada de pragas ou doenças que possam causar prejuízos aos agricultores catarinenses. A Lei nº 17.825, de 12/12/2019, construída pelo Governo do Estado em harmonia com o setor produtivo, foi sancionada pelo governador.

A Política está focada no monitoramento, vigilância, inspeção e fiscalização da produção e do comércio de plantas, partes de vegetais ou produtos de origem vegetal no Estado. A intenção é preservar a sanidade vegetal e a produção de alimentos, dando mais segurança para os produtores rurais, consumidores e autonomia para a fiscalização de irregularidades.

## 2.6 CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL

A Divisão de Classificação promove ações que auxiliam as atividades de comercialização, estabelecendo parâmetros de qualidade, mediante normas oficiais de padronização dos produtos vegetais, e, a elevação do padrão de qualidade dos produtos de origem vegetal catarinenses. Este trabalho visa à segurança dos alimentos ofertados aos consumidores nos portos, na importação, exportação e mercado interno, na comercialização de tabaco em folha curado.

A classificação vegetal tem por objetivo oferecer produtos nos padrões físicos de qualidade estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para os consumidores. A CIDASC é o órgão oficial que realiza a classificação vegetal em todo estado de Santa Catarina. A atividade é uma prestação de serviço para produtores, beneficiadores e embaladores de produtos vegetais, tendo como principais produtos classificados: arroz, feijão, maçã e cebola.

A classificação vegetal atende importação em quatro portos e uma aduana seca, empresas cerealistas e beneficiadoras de frutas, neste ano foram classificados mais de 753 mil toneladas de produtos. Subdivididos em:

- Mercado interno: 316 mil toneladas de produtos e 1.579 certificados emitidos, entre farinhas, óleos, frutas e cereais;
- Mercado externo: 18 mil toneladas de produtos classificados e 902 certificados emitidos;



- Importação: 419 mil toneladas de produtos e 10.518 certificados emitidos.

### Capacitações para Técnicos em Classificação Vegetal

Após a contratação de novos classificadores, a Divisão de Classificação realizou curso de habilitação em classificação vegetal, legislação e habilitação em classificação de malte para 13 novos técnicos com a supervisão do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Para encerrar a grade de cursos, foi realizado o curso de classificação de tabaco em folha curado no município de Araranguá.

### Selo de Conformidade CIDASC – SCC

A equipe do SCC ampara 33 empresas em diversos segmentos de processamento de alimentos como, cereais, farinha de mandioca, polvilho azedo, conserva de palmeiras, alhos, maçã, banana e produção primária. Por adesão voluntária, presta consultoria na elaboração de Manual de Boas Práticas de Fabricação, Manual de Boas Práticas Agrícolas e Procedimentos Operacionais Padronizados, tornando os processos padronizados e os produtos seguros para os consumidores. Após o término da consultoria a empresa é auditada e se cumprir os requisitos pré-estabelecidos é certificada, a certificação é renovada semestralmente através de auditorias. Ao todo são 11 empresas certificadas pelo Selo, colaborando para tornar os produtos catarinenses melhores e fortalecendo as marcas comerciais, mantendo o Estado de Santa Catarina como modelo na produção de alimentos seguros.

## 2.7 FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS

A Divisão de Fiscalização de Insumos Agrícolas realiza diversas atividades com o objetivo de verificar a qualidade dos insumos agrícolas comercializados, de garantir padrões mínimos exigidos por lei e verificar a sanidade dos produtos vegetais.

Suas ações são orientadas para as áreas de agrotóxicos, sementes e mudas, e análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos vegetais. Exemplo disso é o Programa Alimento Sem Risco, em parceria com o Ministério Público de Santa Catarina, no qual todo ano são verificados os resíduos de agrotóxicos em 21 culturas diferentes, através da coleta de 620 amostras de produtos de origem vegetal, realizadas no comércio e na produção de todo território catarinense. Também são feitas 400 amostras de sementes todos os anos, visando aumentar a qualidade dos atributos legais, e ofertar ao nosso produtor um insumo de qualidade que possa garantir sua produção.

Os resultados demonstram constante evolução dos dados, sendo que no ano de 2019 os indicadores apontam para uma conformidade de 83% das amostras com relação ao uso de agrotóxicos e de aproximadamente 80% de conformidade nas amostras relacionadas às sementes.



O controle de qualidade executado pela Divisão de Fiscalização de Insumos Agrícolas permite ao Estado conquistar novos mercados, além de proporcionar ao nosso agricultor, garantias e segurança, que permitem ao mesmo confiar nos insumos que estão sendo ofertados. Em 2019, nos seus trabalhos de rotina, a Divisão realizou 510 fiscalizações em propriedades rurais com o intuito de verificar a conformidade no uso de agrotóxicos e 1250 fiscalizações em estabelecimentos de comercialização de agrotóxicos, sementes e mudas visando verificar o atendimento da legislação.

Treinamentos, palestras, cursos e outras atividades, também fazem parte da rotina da Divisão. Sendo que o foco é o trabalho voltado para os agricultores e crianças, principalmente a respeito do uso correto de agrotóxicos e suas responsabilidades. O resultado é a redução de danos ambientais e a produção de alimentos mais saudáveis para os catarinenses.

## 2.8 ARMAZENAGEM

O Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul administra a armazenagem e o corredor de exportação de grãos destinados aos mercados internacionais. A origem das safras são principalmente da região sul e centro-oeste.

Neste ano, as atividades desenvolvidas pela CIDASC no Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul, passaram a ser retomadas pela SCPar Porto de São Francisco do Sul, por meio da Resolução 018/2019. A responsabilidade pela operação do corredor de exportação passou para SCPar a partir do dia 23 de maio de 2019. Enquanto que a atividade de armazenagem passou a competir a SCPar a partir do dia 01 de dezembro de 2019.

A resolução trata ainda de outras peculiaridades da transição, como a sub-rogação de contratos de prestação de serviços e de fornecimento de materiais, bem como a colocação à disposição dos colaboradores da CIDASC à SCPar com ressarcimento à origem.

## 3. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

### 3.1 Dados Econômico Financeiros

	2019	2018	Análise Horizontal
Receita Operacional Bruta	27.501.400	43.624.160	-36,96%
Receita Operacional Líquida	23.941.198	38.251.304	-37,41%
Resultado Financeiro	144.929	1.378.594	-89,49%
Ativo Total	334.943.427	398.087.664	-15,86%
Patrimônio Líquido	6.183.072	15.454.268	-59,99%



### 3.2 Índices de Liquidez

	2019	2018	2017	2016	2015
Liquidez Corrente	0,87	0,90	0,86	0,87	0,80
Liquidez Geral	0,94	0,96	0,95	0,95	0,93
Liquidez Seca	0,68	0,58	0,57	0,32	0,52

### 3.3 Índices Patrimoniais e Estruturais

	2019	2018	2017	2016	2015
Imobilização Técnica	4,04	1,89	2,36	6,17	6,30
Endividamento Curto Prazo	16,31	6,70	7,54	32,09	20,66
Endividamento Total	53,17	24,76	31,27	99,42	74,52

### 3.4 Índices de Rentabilidade

	2019	2018	2017	2016	2015
Margem Líquida	-4%	-1%	3%	1%	2%
Margem Bruta	8%	14%	12%	11%	12%
Margem Operacional Líquida	-40%	-10%	16%	5%	13%

## 4. INVESTIMENTOS

Investimos em 2019 um total de R\$ 1.403.267. Deste total, destacamos os investimentos em renovação da frota de veículos (R\$ 404.000), em aquisição de equipamentos de informática (R\$ 525.078) e *softwares* (R\$ 178.000) melhorando a capacidade tecnológica da Companhia. Os investimentos foram realizados com recursos próprios e recursos de convênios firmados com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

	2019	2018	2017	2016	2015
Investimentos	1.403.267	2.903.692	5.414.554	10.721.329	6.979.324

## 5. GESTÃO DE PESSOAS

O desenvolvimento das competências do profissional da CIDASC, guiado pelas normas de capacitação, vai ao encontro das políticas de eficiência operacional do Governo do Estado, adequando à administração dos recursos humanos à gestão por resultados.



Foram investidos R\$ 109.580 em inscrições em palestras e cursos para os funcionários para estimular o desenvolvimento profissional.

Contamos hoje com 1020 colaboradores distribuídos da seguinte forma:

Quantificação do quadro de pessoal segundo a escolaridade		
Fundamental Incompleto	17	2%
Fundamental Completo	25	2%
Médio Incompleto	7	1%
Médio Completo	348	34%
Superior Incompleto	44	4%
Superior Completo	459	45%
Especialização Completa	83	8%
Mestrado Completo	30	3%
Doutorado Completo	7	1%

Quantificação do quadro de pessoal segundo a idade		
Até 24 anos	0	0%
De 25 a 34 anos	126	12%
De 35 a 44 anos	428	42%
De 45 a 54 anos	265	26%
Mais de 55 anos	201	20%

Quantificação do quadro de pessoal segundo o gênero		
Masculino	693	68%
Feminino	327	32%

Quantificação do quadro de pessoal segundo o tempo de serviço.		
Até 5 anos	158	15,5%
De 6 a 10 anos	296	29%
De 11 a 15 anos	390	38%
De 16 a 20 anos	1	0%
De 21 a 25 anos	17	2%
Mais de 25 anos	158	15,5%



## 6. GESTÃO DE COMPRAS

O compromisso com os processos licitatórios é uma prática constante dentro da CIDASC, a busca constante pela adoção de medidas administrativas que estimulem a transparência só confirma o compromisso da CIDASC em praticar os princípios da administração pública e qualidade na execução de suas atividades.

Em 2019, os processos licitatórios somaram:

Modalidade/ Forma	Valor líquido anual
Concorrência	2.090.317
Convite	10.296
Pregão Presencial	7.088.518
Pregão Eletrônico	4.059.528
Dispensa de Licitação	17.219.277
Inexigibilidade de Licitação	9.297

## 7. GESTÃO SOCIAL

### 7.1 EDUCAÇÃO SANITÁRIA

O Projeto Sanitarista Junior, desenvolvido pela CIDASC prevê a introdução transversal do tema da Defesa Agropecuária no Projeto Político Pedagógico das escolas parceiras, para crianças a partir de nove anos de idade, que cursam o 4º ano do ensino fundamental. 2019 foi o quinto ano que o Projeto vem aproximando a CIDASC dos catarinenses e trabalhando a Defesa Sanitária como tema transversal no currículo das escolas do estado. Durante esse ano formamos parcerias com 95 escolas de mais de 40 municípios e alcançando 2737 crianças.

As atividades desenvolvidas ocorreram em todas as escolas parceiras e contribuiu com as finalidades da educação sanitária, que é compreendida como atividade estratégica e instrumento da defesa agropecuária, com fins de garantir o comprometimento dos integrantes da cadeia produtiva agropecuária e da sociedade em geral no cumprimento dos objetivos. Para motivar ainda mais o interesse das crianças pelas ações do projeto, os encontros, além da teoria, envolvem saídas de campo, vídeos ilustrativos, jogos e contato direto com profissionais da área. As aulas são estruturadas com o uso de material didático próprio, abordando outros temas como saúde pública, através do Serviço de Inspeção Estadual, bem-estar animal, doenças e pragas, formas de prevenção e ações voltadas à preservação do meio-ambiente, otimização de recursos naturais, uso consciente de agrotóxicos, as ações desenvolvido pela Companhia em diferentes áreas, entre outros. As atividades são ministradas por engenheiros



agrônomo, médicos veterinários e técnicos agrícolas, juntamente com os professores das escolas.

Em sala de aula, os alunos aprendem que as ações de defesa agropecuária, desenvolvidas e executadas pela CIDASC, visam garantir a manutenção da sanidade das populações vegetais e animais, a idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária catarinense, bem como garantir a identidade higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários destinados aos consumidores. E, por meio das vivências do projeto, as crianças se tornam multiplicadoras das ações de defesa e passam a contar com a CIDASC como parceira nas melhorias da produção e qualidade de vida no campo.

Visando o avanço da educação sanitária no Estado, a CIDASC lançou o Sanitarista Acadêmico. O projeto tem a intenção de levar até as Instituições de Ensino Superior palestras de temas específicos da Defesa Agropecuária, tais como doenças de notificação obrigatória, pragas quarentenárias e emissão de receituário agrônomo. Nesse primeiro ano de projeto, a CIDASC formou parceria com sete Instituições de Ensino Superior para participação na grade de oito cursos superiores, tais como medicina veterinária, agronomia e zootecnia, alcançando mais de 300 estudantes em Santa Catarina.

## 7.2 CONTRATAÇÃO DE JOVENS APRENDIZES

Contratamos 37 jovens aprendizes neste ano, oportunizando a formação profissional e a educação continuada.

## 7.3 PARTICIPAÇÕES EM EVENTOS

A CIDASC participou no ano de 2019 em diversos eventos, dentre os quais destacamos:

24º Show Tecnológico Copercampos (26 a 28 de fevereiro – Campos Novos)

32ª Feira de Produtos, Serviços e Equipamentos para Supermercados – EXPOSUPER (25 a 27 de junho – Joinville)

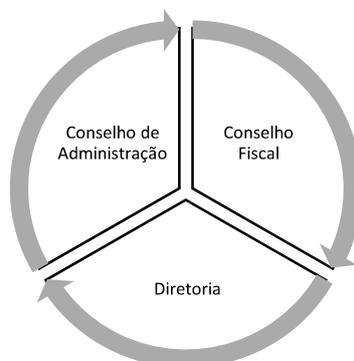
9ª Feira AgroPonte (14 a 18 de agosto – Criciúma)

42ª Expinter (24 de agosto a 01 de setembro – Esteio)

## 8. PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA



A CIDASC é regida, fiscalizada e administrada pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal e pela Diretoria.



O Conselho de Administração é composto por seis membros, sendo quatro indicados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, um eleito dentre os empregados efetivos da CIDASC, e o Diretor Presidente da Companhia como membro nato sem direito a voto.

Cabe ao Conselho de Administração tomar decisões que protejam e valorizem a CIDASC, dando o direcionamento estratégico necessário para que possamos desenvolver nossas atividades de acordo com o estabelecido no Estatuto Social. Aprovar políticas e diretrizes que norteiam a CIDASC é sua principal atribuição.

O Conselho Fiscal da CIDASC composto por três membros e seus suplentes tem suas responsabilidades previstas na Lei de Sociedade por Ações.

A Diretoria da CIDASC atualmente conta com quatro pastas e o Presidente: Diretoria Administrativa e Financeira, Diretoria de Comercialização, Diretoria Institucional e Diretoria de Defesa Agropecuária.

Com diversos canais de comunicação, buscamos evidenciar as atividades realizadas pela CIDASC para que a sociedade em geral possa acompanhar o desempenho da empresa. Além disso, participamos do Portal da Transparência do Estado de Santa Catarina, que divulga todas as informações financeiras, ampliando o controle social.

Ainda a CIDASC possui um canal de ouvidoria para acolher opiniões, críticas, denúncias e reclamações de interessados. Em 2019, foram 346 ocorrências, todas respondidas:

Reclamações	38	10,98%
Denúncias	229	66,18%
Sugestões	2	0,58%
Elogios	3	0,87%
Pedidos de Informação	15	4,34%



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA DA PESCA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL  
COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE GESTÃO ECONÔMICO FINANCEIRA



Solicitações	39	11,27%
Solicitação de Documentos (Lei de Acesso a Informação)	20	5,78%
<b>TOTAL</b>	<b>346</b>	<b>100%</b>

Luciane de Cássia Surdi  
Presidente



### BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em Reais)

ATIVO	Notas	2019	2018	PASSIVO	Notas	2019	2018
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	11.750.576	15.088.743	Fornecedores	18	652.880	125.643
Contas a Receber de Clientes	8	6.021.240	3.508.683	Tributos a Recolher	19	4.600.337	4.048.579
Partes Relacionadas	9	48.046.931	40.539.654	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	20	19.914.822	16.663.699
Estoques	10	18.955.011	32.783.394	Partes Relacionadas	9	48.046.931	40.539.654
Tributos a Recuperar	11	847.730	813.257	Convênios	21	8.071.028	9.905.628
Despesas Antecipadas	12	229.809	117.353	Estoques de Terceiros	22	17.282.596	30.920.022
Outros	13	1.567.149	362.029	Outros	23	2.304.075	1.387.255
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>87.418.446</b>	<b>93.213.113</b>	<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>100.872.670</b>	<b>103.590.482</b>
<b>Não Circulante</b>				<b>Não Circulante</b>			
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>221.461.027</b>	<b>274.326.003</b>	Partes Relacionadas	9	215.149.943	265.531.826
Partes Relacionadas	9	215.149.943	265.531.826	Convênios	24	2.446.185	2.907.069
Depósitos Judiciais	14	6.311.083	8.794.178	Provisão para Contingências	25	8.547.180	8.641.047
Investimentos	15	30.996	30.996	Outros	26	1.744.375	1.962.972
Imobilizado	16	24.982.561	29.172.935				
Intangível	17	1.050.397	1.344.617				
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>247.524.981</b>	<b>304.874.551</b>	<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>227.887.684</b>	<b>279.042.914</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>334.943.427</b>	<b>398.087.664</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>			
				Capital Social	27 a	42.408.424	42.408.424
				Reserva de Reavaliação	27 b	4.833.755	4.833.755
				Reserva de Capital	27 b	25.134.178	25.134.178
				Prejuízos Acumulados	27 c	(66.193.284)	(56.922.088)
				<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>6.183.072</b>	<b>15.454.268</b>
				<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>334.943.427</b>	<b>398.087.664</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Luciane de Cássia Surdi  
Presidente

Leonardo Antunes  
Contador CRC/SC 036144/O-6



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA DA PESCA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL  
COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE GESTÃO ECONÔMICO FINANCEIRA



## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em Reais)

	2019	2018
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>23.941.198</b>	<b>38.251.304</b>
Receitas de Vendas	1.999	3.089
Receitas de Serviços	23.939.199	38.248.214
<b>Custo das Mercadorias Vendidas e dos Serviços Prestados</b>	<b>(6.610.169)</b>	<b>(7.570.447)</b>
Custo das Mercadorias Vendidas	(1.741.243)	(1.623.910)
Custo dos Serviços Prestados	(4.868.927)	(5.946.537)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>17.331.028</b>	<b>30.680.857</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(26.900.966)</b>	<b>(34.338.459)</b>
Gerais e Administrativas	(217.658.364)	(217.346.993)
Outras Receitas	190.764.078	184.973.468
Outras Despesas	(6.680)	(1.964.934)
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>-9.569.938</b>	<b>-3.657.602</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>144.929</b>	<b>1.378.594</b>
Receitas Financeiras	451.712	1.516.214
Despesas Financeiras	(306.782)	(137.619)
<b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>-9.425.009</b>	<b>-2.279.008</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	0	0
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>-9.425.009</b>	<b>-2.279.008</b>
Número de ações	42.408.424	37.416.480
Lucro por ação (em reais)	-0,22	-0,06

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras.

Luciane de Cássia Surdi  
Presidente

Leonardo Antunes  
Contador CRC/SC 036144/O-6



### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em Reais)

	Capital Social Realizado	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
<b>1. Saldos Iniciais em 01 de janeiro de 2018</b>	37.408.424	25.134.178	5.113.202	(53.842.514)	<b>13.813.290</b>
<b>2. Transações de Capital com Sócios</b>					
Integralização de Capital Social	8.056	-	-	-	<b>8.056</b>
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	4.991.944	-	-	-	<b>4.991.944</b>
<b>3. Resultado Abrangente Total</b>					
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	(2.279.008)	<b>(2.279.008)</b>
Baixas de Ativos Reavaliados	-	-	(279.447)	-	<b>(279.447)</b>
Outros Ajustes	-	-	-	(800.566)	<b>(800.566)</b>
<b>4. Outros Resultados Abrangentes</b>	-	-	-	-	-
<b>5. Mutações Internas do Patrimônio Líquido</b>	-	-	-	-	-
<b>6. Saldos Finais em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>42.408.424</b>	<b>25.134.178</b>	<b>4.833.755</b>	<b>(56.922.088)</b>	<b>15.454.268</b>
<b>1. Saldos Iniciais em 01 de janeiro de 2019</b>	42.408.424	25.134.178	4.833.755	(56.922.088)	<b>15.454.268</b>
<b>2. Transações de Capital com Sócios</b>	-	-	-	-	-
<b>3. Resultado Abrangente Total</b>					
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	(9.425.009)	<b>(9.425.009)</b>
Outros Ajustes	-	-	-	153.813	<b>153.813</b>
<b>4. Outros Resultados Abrangentes</b>	-	-	-	-	-
<b>5. Mutações Internas do Patrimônio Líquido</b>	-	-	-	-	-
<b>6. Saldos Finais em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>42.408.424</b>	<b>25.134.178</b>	<b>4.833.755</b>	<b>(66.193.284)</b>	<b>6.183.072</b>

Luciane de Cássia Surdi  
Presidente

Leonardo Antunes  
Contador CRC/SC 036144/O-6



## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em Reais)

	2019	2018
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	<b>(9.425.009)</b>	<b>(2.279.008)</b>
Ajuste por:	<b>6.041.406</b>	<b>5.095.722</b>
Depreciação	5.887.593	5.896.287
Ajustes Exercícios Anteriores	153.813	(800.566)
Variação nas Contas de Ativo e Passivo	<b>1.448.435</b>	<b>2.459.489</b>
Aumento ou Redução de Clientes	(2.512.557)	5.901.711
Aumento ou Redução de Outros Créditos	(8.746.870)	26.661
Aumento ou Redução de Estoques	13.828.383	(1.728.401)
Aumento ou Redução de Despesas do Exercício Seguinte	(112.456)	67.611
Aumento ou Redução de Realizável a Longo Prazo	52.864.977	47.555.964
Redução ou Aumento de Obrigações a Pagar Circulante	(2.717.811)	(626.469)
Redução ou Aumento de Passivo Não Circulante	(51.155.230)	(48.737.588)
<b>Caixa Líquido gerado pelas Atividades Operacionais</b>	<b>(1.935.168)</b>	<b>5.276.203</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>		
Variação Imobilizado	(1.697.219)	(2.764.154)
Variação Intangível	294.219	(136.693)
<b>Caixa Líquido consumido pelas Atividades de Investimento</b>	<b>(1.402.999)</b>	<b>(2.900.847)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>		
Aporte para Aumento do Capital Social	0	5.000.000
<b>Caixa Líquido pelas Atividades de Financiamento</b>	<b>0</b>	<b>5.000.000</b>
<b>Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(3.338.168)</b>	<b>7.375.356</b>
<b>Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(3.338.168)</b>	<b>7.375.356</b>
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	15.088.743	7.713.387
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	11.750.576	15.088.743

Luciane de Cássia Surdi  
Presidente

Leonardo Antunes  
Contador CRC/SC 036144/O-6



### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em Reais)

	2019	2018
<b>RECEITAS</b>	<b>27.509.429</b>	<b>49.068.307</b>
Venda de Mercadorias e Serviços	27.501.371	43.624.160
Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (Provisão)/Reversão	1.645	51.160
Outras Receitas	6.413	5.392.987
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (Inclui tributos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)</b>	<b>22.929.571</b>	<b>30.056.608</b>
Custo das Mercadorias e dos Serviços Vendidos	6.610.169	7.570.447
Materiais, Energia e Serviços de Terceiros	16.312.722	20.521.227
Outros Custos e Despesas	6.680	1.964.934
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>4.579.858</b>	<b>19.011.700</b>
<b>DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO</b>	<b>5.686.538</b>	<b>5.688.622</b>
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<b>- 1.106.680</b>	<b>13.323.077</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>191.204.228</b>	<b>178.535.509</b>
Receitas Financeiras	451.712	1.516.214
Receitas de Subvenção	183.630.238	168.466.395
Outras Receitas	7.122.278	8.552.901
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>190.097.548</b>	<b>191.858.587</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
Pessoal	174.112.064	167.844.179
Benefícios	14.241.571	13.866.569
FGTS	6.715.720	6.651.705
Plano Demissão Voluntária Incentivada	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições		
Federais	3.018.359	4.054.019
Estaduais	94.162	85.773
Municipais	1.033.897	1.497.730
Remuneração de Capital de Terceiros		
Juros	306.783	137.619
<b>LUCROS (PREJUÍZOS) RETIDOS NO EXERCÍCIO</b>	<b>- 9.425.009 -</b>	<b>2.279.008</b>
<b>VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO</b>	<b>190.097.548</b>	<b>191.858.587</b>

Luciane de Cássia Surdi  
Presidente

Leonardo Antunes  
Contador CRC/SC 036144/O-6



## NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

### NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A **Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC)** é uma empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, com sede na Rodovia Admar Gonzaga, nº 1588 – Bairro Itacorubi – em Florianópolis/SC, Brasil, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, constituída conforme a Lei nº 5.089, de 30 de abril de 1975, e alterações posteriores, e de acordo com a Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007, alterada pela Lei Complementar nº 534, de 20 de abril de 2011.

A Companhia tem por objetivo executar os serviços de defesa sanitária animal e vegetal e assegurar a manutenção do serviço de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal; promover, apoiar e executar os mecanismos de armazenagem, abastecimento e comercialização de produtos de origem animal e vegetal; promover e executar os serviços de fiscalização da produção vegetal e de fiscalização, padronização, certificação e classificação de produtos de origem vegetal; prestar serviços laboratoriais para análise de resíduos tóxicos em produtos de origem animal e demais análises laboratoriais relacionadas com a produção e comercialização de animais e vegetais, incluindo análises de controle de qualidade em apoio à fiscalização da produção agropecuária; estabelecer critérios para credenciamento, reconhecimento, extensão para novas demandas tecnológicas e monitoramento de laboratórios, bem como fiscalizar sua execução; e desenvolver as atividades de operador portuário no Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul.

### NOTA 02 – BASE DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações.

A emissão das Demonstrações Financeiras foi autorizada pela Diretoria em 19 de março de 2020.

### NOTA 03 – MOEDA FUNCIONAL

As demonstrações financeiras estão apresentadas com valores expressos em reais, que é a moeda funcional da empresa.

### NOTA 04 - USO DE ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem divergir destas estimativas. As avaliações levaram em conta



experiências de eventos passados, pressupostos relativos a eventos futuros, dentre outros fatores. Os itens sujeitos a estas estimativas são:

- a) Análise do risco de perdas de crédito de liquidação duvidosa;
- b) Provisões para contingências.

## **NOTA 05 – BASE DE MENSURAÇÃO**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

## **NOTA 06 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

### **a) Caixas e Equivalentes de Caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de curto prazo e se encontram centralizadas em instituição financeira autorizada pelo Estado, conforme Decreto nº 2.762/2004.

### **b) Clientes**

Registram os valores das notas fiscais de venda e prestação de serviços. A provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa contempla créditos vencidos há mais de 180 dias, para os quais não existam garantias reais, renegociações e previsão para recebimento dos mesmos.

### **c) Partes Relacionadas**

O Governo do Estado de Santa Catarina como sendo o ente controlador da CIDASC é classificado como parte relacionada de acordo com a NBC TG 05 (R3) – Divulgação sobre Partes Relacionadas. O Programa de Demissão Incentivada é pago com recursos provenientes do ente controlador, e representa contabilmente os valores provisionados com base no valor do abono do funcionário que aderiu ao programa de demissão incentivada. Os abonos serão pagos aos ex-funcionários no prazo de 156 meses. Os valores são contabilizados no momento do desligamento do funcionário, sofrem reajustes monetários anualmente e estão classificados no circulante e não circulante.

### **d) Estoques**

Os estoques estão demonstrados ao custo de aquisição, líquidos de impostos recuperáveis e são inferiores aos custos de reposição ou aos valores de realização. A empresa não realizou o Teste de Recuperabilidade dos seus ativos. Os estoques de Armazenagem são avaliados pelo valor justo da mercadoria que transita pelo Terminal Granelero de São Francisco do Sul, e registrados de acordo com as notas fiscais de entrada de mercadorias recebidas para depósito ou armazenagem.

### **e) Investimentos**



A empresa possui terrenos que são classificados como propriedade para investimento e estão contabilizados pelo custo histórico.

#### **f) Imobilizado**

Estão demonstrados ao custo de aquisição e corrigidos monetariamente até 31/12/1995 como estabeleceu a Lei nº 9.249/95, deduzidas conforme o caso, a depreciação ou a amortização. A empresa não realizou o Teste de Recuperabilidade dos seus ativos.

Ganhos e perdas na alienação são determinados pela comparação entre o valor da alienação e o valor contábil e são registrados no resultado do exercício.

As depreciações são calculadas pelo método linear com base nas taxas determinadas pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 162 de 2008, exceto os bens imóveis que foram avaliados ao valor de mercado e foram depreciados conforme laudo de reavaliação de 31 de dezembro de 1999. Os terrenos não são depreciados.

#### **g) Intangível**

A CIDASC possui classificados como intangíveis os seguintes bens incorpóreos com vida útil definida: direitos de uso de software e direitos de uso de telefone, que estão contabilizados pelo custo de aquisição, deduzidos de valores amortizáveis, calculados pelo método linear. Não foi realizado o Teste de Recuperabilidade nos ativos intangíveis.

#### **h) Obrigações e Provisões Trabalhistas**

As obrigações trabalhistas são reconhecidas pelo valor nominal e apropriadas pelo regime de competência.

As provisões trabalhistas são reconhecidas já que a empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor estimado com segurança. As provisões são quantificadas pelo valor presente do desembolso que se espera para liquidar a obrigação. São reconhecidas mensalmente, conforme período aquisitivo.

#### **i) Provisão de Contingências**

As provisões de contingência trabalhista e cível foram constituídas com base nos riscos de perdas em processos que a Companhia faz parte como ré, cuja probabilidade de perda é provável ou praticamente certa na opinião dos assessores jurídicos.

#### **j) Convênios**

As receitas provenientes de convênios são reconhecidas como receitas de subvenções quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas no convênio. As receitas são reconhecidas no resultado e confrontadas com as despesas que pretendem compensar. São reconhecidas no momento em que são recebidas, conforme estabelece a NBC TG 01 (R1). A



contrapartida da subvenção é reconhecida no passivo, enquanto não são atendidos os requisitos para o reconhecimento.

#### **k) Convênios de Longo Prazo**

São apresentados no Balanço Patrimonial como receita diferida no passivo. São aquisições de bens do ativo imobilizado ou intangível com recursos de convênios, e as receitas são reconhecidas ao longo da vida útil do bem, conforme sua depreciação.

#### **l) Receitas**

As receitas de vendas são reconhecidas no momento da transferência para o comprador dos riscos e benefícios e quando é provável que benefícios econômicos fluirão para a CIDASC.

As receitas de prestação de serviço são reconhecidas na efetiva realização do serviço e quando for provável a existência de benefícios econômicos associados à transação.

Ambos os casos, a receita é reconhecida no momento da emissão de documento fiscal.

#### **m) Apuração do Resultado**

As receitas e despesas são apropriadas mensalmente, pelo regime de competência.

#### **n) Tributos sobre o Lucro**

A empresa é tributada pelo Lucro Real, e provisiona valores para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, quando da existência de base positiva. A base de cálculo é o lucro ajustado pelas adições e exclusões legais e sobre esta base aplica a alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% no cálculo do imposto de renda e 9% de contribuição social.

### **NOTA 07 – CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	<b>Em Reais</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Bancos – Conta Corrente	15.367	130.365
Bancos – Conta Poupança	589.783	1.351.892
Aplicações Financeiras (a)	272.187	3.584.983
Conta Única (b)	10.595.199	10.021.503
Numerários em Trânsito	278.040	0
<b>TOTAL</b>	<b>11.750.576</b>	<b>15.088.743</b>

- (a) As aplicações financeiras referem-se a fundos de investimentos de curto prazo, administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
- (b) Conta que faz parte do Sistema Financeiro de Conta Única no âmbito do Poder Executivo Estadual de Santa Catarina que abrange todas as fontes de recursos da Administração Direta, das Autarquias, das Fundações, dos



Fundos Especiais e das Empresas Estatais Dependentes, desde que seja destinada dotação à conta do Orçamento Geral do Estado às referidas entidades.

## NOTA 08 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

### a) Composição do Saldo

Os Créditos a Receber de Clientes são recursos oriundos da venda de mercadorias e prestação de serviços a clientes, deduzidos de eventuais perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. A rubrica Débitos em Cobrança Jurídica abrange créditos a receber que estão sendo cobrados judicialmente.

	Em Reais	
	2019	2018
Duplicatas a Receber	6.844.990	4.325.254
Débitos em Cobrança Jurídica	94.651	111.474
(-) Encargos Financeiros a Apropriar	(51.764)	(59.763)
Cheque Clientes em Cobrança	2.060	2.060
Outras Duplicatas a Receber	158.169	158.169
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liq. Duvidosa	(1.026.866)	(1.028.511)
<b>TOTAL</b>	<b>6.021.240</b>	<b>3.508.683</b>

### b) Vencimento das Duplicatas

As duplicatas em aberto em 31/12/2019 têm vencimento em sua maioria num período acima de 30 dias e menor que 6 meses.

	Em Reais	
	2019	2018
A vencer	11.471	16.626
Vencidas em até 30 dias	909.194	1.049.268
Vencidas acima de 30 dias	4.942.406	2.284.619
Vencidas há mais de 6 meses	1.026.866	1.028.511
<b>TOTAL</b>	<b>6.889.937</b>	<b>4.379.024</b>

### c) Movimentação de Perdas Estimadas de Créditos Liquidação Duvidosa

Não está calculado nos valores de perdas o saldo da conta Outras Duplicatas a Receber.

	Em Reais	
	2019	2018
Saldo Inicial	1.028.511	1.079.671
Adições	3.504	2.510.024
Reversões	5.149	2.561.184
<b>TOTAL</b>	<b>1.026.866</b>	<b>1.028.511</b>



## NOTA 09 – PARTES RELACIONADAS

A CIDASC recebe do seu ente controlador, o Governo do Estado de Santa Catarina, recursos para pagamento do Programa de Demissão Incentivada.

O Programa de Demissão Incentivada (PDI), aprovado em 12/09/2008, busca a otimização dos recursos financeiros dispendidos com a folha de pagamento, mediante redução e renovação de seu quadro funcional.

As rescisões contratuais, através do PDI, iniciaram em fevereiro de 2009 e a vigência do programa é de 13 (treze) anos, logo os valores estão segregados no Circulante e no Não Circulante. Foram demitidos pelo programa 577 empregados.

	Em Reais	
	2019	2018
Circulante	48.046.931	40.539.654
Não Circulante	215.149.943	265.531.826
<b>TOTAL</b>	<b>263.196.874</b>	<b>306.071.480</b>

Abaixo segue composição de pagamento por ano:

	Em Reais	% do Total
2020	48.046.931	18,26%
2021	48.046.931	18,26%
2022	42.581.470	16,18%
2023	31.945.386	12,14%
2024	24.503.102	9,31%
2025	19.594.445	7,44%
2026	15.948.038	6,06%
2027	13.309.165	5,06%
2028	11.993.037	4,56%
2029	7.126.101	2,71%
2030	102.268	0,04%
<b>TOTAL</b>	<b>263.196.874</b>	<b>100%</b>

## NOTA 10 – ESTOQUES

Os Estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição, líquidos de impostos recuperáveis. Os estoques de terceiros em poder da companhia representam o montante depositado nos armazéns do Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul e estão registrados de acordo com as notas fiscais de entrada.

	Em Reais	
	2019	2018
Mercadorias para Revenda	4.178	4.818
Mercadorias em Trânsito	31.337	27.435
Mercadorias de Terceiros em Depósito	17.282.596	30.920.022
Almoxarifado	1.636.900	1.831.119
<b>TOTAL</b>	<b>18.955.011</b>	<b>32.783.394</b>



## NOTA 11 – TRIBUTOS A RECUPERAR

O saldo é composto por direitos da empresa junto à União, Estado e Municípios. Os créditos relativos aos tributos a recuperar são oriundos de valores retidos na fonte, sobre serviços prestados e rendimentos de aplicações financeiras, de acordo com a legislação vigente, e de valores pagos a maior a compensar. A empresa vem solicitando recuperação destes tributos junto aos órgãos competentes. Destaca-se que estão em análise pela Receita Federal do Brasil, pedidos de restituição de tributos que totalizam R\$ 342.705. Abaixo apresentamos os saldos por tributo:

	Em Reais	
	2019	2018
Imposto de Renda	942.401	919.121
Contribuição Social	348.377	344.830
PIS/PASEP	45.042	43.649
COFINS	205.825	199.499
ISS	49.563	49.636
INSS	7.557	7.557
Outros	116.128	116.128
(-) Provisão Ajuste Valor Realizável	(867.163)	(867.163)
<b>TOTAL</b>	<b>847.730</b>	<b>813.257</b>

## NOTA 12 – DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

O saldo da conta Despesas Pagas Antecipadamente refere-se principalmente ao pagamento antecipado de despesas com seguros, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em momento futuro.

	Em Reais	
	2019	2018
Prêmios de Seguros	210.258	89.443
Prêmios de Seguro Obrigatório de Veículos	2.306	7.915
Licenciamento de Veículos	17.245	19.995
<b>TOTAL</b>	<b>229.809</b>	<b>117.353</b>

## NOTA 13 – OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Os saldos se referem a valores a receber não classificáveis nas rubricas anteriores, estão englobados os adiantamentos de 13º salário, de viagens e a fornecedores. Ainda, neste ano, conforme Resolução SCPAR n. 018/2019, passamos a receber valores a título de ressarcimento do custo da folha de pagamento e encargos sociais de colaboradores colocados a disposição da SCPAR Porto de São Francisco do Sul. Os valores são recebidos pela companhia (fonte de recursos - 101), mas são repassados à Conta Única do Estado, ou seja, são de nosso direito, mas não estão em nossa propriedade. Assim estes valores são registrados como outros créditos a receber no Ativo, e em outras obrigações no Passivo como receita diferida para posterior transferência ao resultado.



	Em Reais	
	2019	2018
Créditos a Receber Diversos	3.681	6.375
Adiantamento a Fornecedores	9.937	10.720
Adiantamentos de Viagens a Funcionários	27.296	12.767
Fonte 101 – Recursos Disponíveis	1.162.445	0
Adiantamentos de Salários	27.018	27.018
Adiantamentos de 13º Salário	336.772	305.149
<b>TOTAL</b>	<b>1.567.149</b>	<b>362.029</b>

#### NOTA 14 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Correspondem ao total de recursos depositados ou bloqueados em juízo, de processos que não foram encerrados até o final do exercício.

Em dezembro de 2018 foi deferida a Liminar STF ADPF n. 542, suspendendo quaisquer medidas de constrição judicial como os bloqueios ou penhora de valores para efeito de pagamento de condenações trabalhistas, devendo ser observado o regime de precatórios previsto no artigo 100 da Constituição Federal.

	Em Reais	
	2019	2018
Depósitos Recursais	2.894.562	3.136.461
Bloqueios Judiciais	3.416.521	5.657.717
<b>TOTAL</b>	<b>6.311.083</b>	<b>8.794.178</b>

#### NOTA 15 – INVESTIMENTOS

Os investimentos permaneceram com o mesmo saldo do ano anterior. Os imóveis classificados como propriedades para investimento são mantidos para valorização e não atendem aos critérios de imobilizado, conforme descrito na NBC TG 27(R2) – Imobilizado. Para reconhecimento foi utilizado método de custo. Como tratam-se de terrenos, não há depreciação para estes bens.

	Em Reais	
	2019	2018
Propriedades para Investimento	30.996	30.996
<b>TOTAL</b>	<b>30.996</b>	<b>30.996</b>

#### NOTA 16 – IMOBILIZADO

##### a) Imobilizado

Os bens do Ativo Imobilizado da empresa são avaliados pelo valor de custo de aquisição. No ano de 1999 a empresa reavaliou os seus imóveis.

A empresa utiliza as taxas determinadas pela legislação fiscal na depreciação dos bens do Ativo Imobilizado. Não foi realizado teste de recuperabilidade destes ativos.



2019	Valor Contábil Bruto				Depreciação			
	Saldo em 31/12/2018	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2018	Depreciação exercício	Baixas	Saldo em 31/12/2019
Terrenos	6.198.964	0	0	6.198.964	0	0	0	0
Obras e edificações	14.689.309	0	0	14.689.309	14.191.505	0	60.070	14.251.575
Instalações	1.362.561	1.520	0	1.364.081	1.180.535	0	21.377	1.201.912
Máquinas, aparelhos e equipamentos	44.683.980	56.126	4.796	44.735.310	41.714.215	4.720	526.984	42.236.480
Móveis e utensílios	3.648.468	32.927	1.135	3.680.260	2.387.460	1.006	240.213	2.626.667
Veículos	22.529.648	404.000	0	22.933.648	19.545.493	0	1.227.141	20.772.634
Tratores e máq. Terraplanagem	4.799.086	0	0	4.799.086	4.343.837	0	206.780	4.550.617
Ferramentas	8.550	391	0	8.941	7.986	0	284	8.270
Biblioteca	9.396	0	0	9.396	9.396	0	0	9.396
Benfeitorias em prop. Terceiros	14.458.702	146.700	0	14.605.402	3.791.095	0	548.303	4.339.398
Embarcações e acessórios	7.169	0	0	7.169	4.572	0	265	4.837
Reformas em máq. Terceiros	3.567	0	0	3.567	3.567	0	0	3.567
Benfeitorias em imóveis	55.705	0	0	55.705	41.127	0	2.228	43.355
Ferrovias	1.050.784	0	0	1.050.784	1.016.259	0	13.778	1.030.037
Equipamentos de computação	8.307.551	537.973	749	8.844.775	6.359.616	687	979.563	7.338.492
Correias de transmissão	8.747.051	0	0	8.747.051	6.971.895	0	1.542.758	8.514.653
<b>TOTAL</b>	<b>130.560.492</b>	<b>1.179.637</b>	<b>6.680</b>	<b>131.733.451</b>	<b>101.568.558</b>	<b>6.413</b>	<b>5.369.743</b>	<b>106.931.890</b>

2018	Valor Contábil Bruto				Depreciação			
	Saldo em 31/12/2017	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017	Depreciação exercício	Baixas	Saldo em 31/12/2018
Terrenos	6.409.234	0	210.270	6.198.964	0	0	0	0
Obras e edificações	14.888.528	0	199.219	14.689.309	14.330.654	60.070	199.219	14.191.505
Instalações	1.372.385	0	9.824	1.362.561	1.161.918	24.978	6.361	1.180.535
Máquinas, aparelhos e equipamentos	44.679.002	333.966	328.988	44.683.980	41.496.472	527.651	309.907	41.714.215
Móveis e utensílios	3.755.185	29.465	136.182	3.648.468	2.267.750	248.362	128.652	2.387.460
Veículos	23.625.998	0	1.096.350	22.529.648	19.295.130	1.315.044	1.064.681	19.545.493
Tratores e máq. Terraplanagem	4.799.086	0	0	4.799.086	4.137.057	206.780	0	4.343.837
Ferramentas	9.083	244	777	8.550	8.551	212	777	7.986
Biblioteca	12.191	0	2.795	9.396	12.191	0	2.795	9.396
Benfeitorias em prop. Terceiros	14.141.839	348.429	31.566	14.458.702	3.275.934	533.867	18.706	3.791.095
Embarcações e acessórios	7.169	0	0	7.169	4.307	265	0	4.572
Reformas em máq. Terceiros	3.567	0	0	3.567	3.567	0	0	3.567
Benfeitorias em imóveis	55.705	0	0	55.705	38.898	2.228	0	41.127
Ferrovias	1.050.784	0	0	1.050.784	1.002.481	13.778	0	1.016.259
Equipamentos de computação	8.373.267	268.341	334.056	8.307.551	5.603.602	1.087.867	331.853	6.359.616
Correias de transmissão	7.432.547	1.314.504	0	8.747.051	5.573.544	1.398.351	0	6.971.895
<b>TOTAL</b>	<b>130.615.572</b>	<b>2.294.948</b>	<b>2.350.028</b>	<b>130.560.492</b>	<b>98.212.057</b>	<b>5.419.451</b>	<b>2.062.951</b>	<b>101.568.558</b>



2019	Taxa Depreciação	Valor Contábil Líquido 2019	Valor Contábil Líquido 2018
Terrenos	0%	6.198.964	6.198.964
Obras e edificações	4%	437.734	497.804
Instalações	10%	162.169	182.026
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10%	2.498.830	2.969.764
Móveis e utensílios	10%	1.053.594	1.261.008
Veículos	20%	2.161.014	2.984.155
Tratores e máq. Terraplanagem	20%	248.470	455.250
Ferramentas	20%	671	564
Biblioteca	10%	0	0
Benfeitorias em prop. Terceiros	4%	10.266.004	10.667.607
Embarcações e acessórios	5%	2.332	2.597
Reformas em máq. Terceiros	10%	0	0
Benfeitorias em imóveis	4%	12.350	14.578
Ferrovia	4%	20.748	34.525
Equipamentos de computação	20%	1.506.283	1.947.935
Correias de transmissão	50%	232.398	1.775.156
<b>TOTAL</b>		<b>24.801.561</b>	<b>28.991.934</b>

2018	Taxa Depreciação	Valor Contábil Líquido 2018	Valor Contábil Líquido 2017
Terrenos	0%	6.198.964	6.409.234
Obras e edificações	4%	497.804	557.873
Instalações	10%	182.026	210.467
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10%	2.969.764	3.182.530
Móveis e utensílios	10%	1.261.008	1.487.435
Veículos	20%	2.984.155	4.330.868
Tratores e máq. Terraplanagem	20%	455.250	662.030
Ferramentas	20%	564	533
Biblioteca	10%	0	0
Benfeitorias em prop. Terceiros	4%	10.667.607	10.865.905
Embarcações e acessórios	5%	2.597	2.862
Reformas em máq. Terceiros	10%	0	0
Benfeitorias em imóveis	4%	14.578	16.806
Ferrovia	4%	34.525	48.303
Equipamentos de computação	20%	1.947.935	2.769.665
Correias de transmissão	50%	1.775.156	1.859.003
<b>TOTAL</b>		<b>28.991.934</b>	<b>32.403.515</b>

## b) Imobilizado em Andamento

As Imobilizações em Andamento apresentam saldo referente à obra do prédio do Departamento Regional de Campos Novos.

	Em Reais	
	2019	2018
Construções em Andamento	181.000	181.000
<b>TOTAL</b>	<b>181.000</b>	<b>181.000</b>



## NOTA 17 – INTANGÍVEIS

Os bens do Ativo Intangível são avaliados pelo valor de custo de aquisição. A empresa utiliza as taxas determinadas pela legislação fiscal na depreciação destes bens. Não foi realizado teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis.

Valor Contábil Bruto	Em Reais							
	Saldo em 31/12/2018	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2017	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2018
Direito de uso de telefone	2.417	0	0	2.417	7.422	0	5.005	2.417
Licença de uso de <i>software</i>	3.922.063	223.630	0	4.145.693	3.303.529	618.534	0	3.922.063
Marcas	1.397	0	0	1.397	1.397	0	0	1.397
<b>TOTAL</b>	<b>3.925.877</b>	<b>223.630</b>	<b>0</b>	<b>4.149.507</b>	<b>3.312.348</b>	<b>618.534</b>	<b>5.005</b>	<b>3.925.877</b>

Amortização	Em Reais							
	Saldo em 31/12/2018	Baixas	Amortização exercício	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2017	Baixas	Amortização exercício	Saldo em 31/12/2018
Licença de uso de <i>software</i>	2.581.260	0	517.849	3.099.109	2.104.424	0	476.836	2.581.260
<b>TOTAL</b>	<b>2.581.260</b>	<b>0</b>	<b>517.849</b>	<b>3.099.109</b>	<b>2.104.424</b>	<b>0</b>	<b>476.836</b>	<b>2.581.260</b>

2019	Taxa Depreciação	Prazo vida útil	Valor Contábil Líquido 2019	Valor Contábil Líquido 2018
Direito de uso de telefone	0%	Indefinida	2.417	2.417
Licença de uso de <i>software</i>	20%	5 anos	1.046.583	1.340.803
Marcas	0%	Indefinida	1.397	1.397
<b>TOTAL</b>			<b>1.050.397</b>	<b>1.344.617</b>

2018	Taxa Depreciação	Prazo vida útil	Valor Contábil Líquido 2018	Valor Contábil Líquido 2017
Direito de uso de telefone	0%	Indefinida	2.417	7.422
Licença de uso de <i>software</i>	20%	5 anos	1.340.803	1.199.105
Marcas	0%	Indefinida	1.397	1.397
<b>TOTAL</b>			<b>1.344.617</b>	<b>1.207.924</b>

## NOTA 18 – FORNECEDORES

A rubrica contábil Fornecedores é composta pelas obrigações da empresa junto a fornecedores de bens e serviços.

	Em Reais	
	2019	2018
Fornecedores de Bens e Serviços	652.880	125.643
<b>TOTAL</b>	<b>652.880</b>	<b>125.643</b>

## NOTA 19 – TRIBUTOS A RECOLHER

As Obrigações Tributárias e Sociais têm seu saldo vinculado aos tributos incidentes sobre as receitas auferidas, os encargos da folha de pagamento e retenções sobre



serviços contratados. Os saldos referem-se a obrigações vencíveis em Janeiro de 2020.

	Em Reais	
	2019	2018
ISS a Recolher	54.501	213.455
COFINS a Recolher	16.903	145.124
PIS a Recolher	3.662	31.399
INSS a Recolher	2.578.288	2.583.071
IR a Recolher	904.840	850.847
CSLL a Recolher	5.634	7.322
Parcelamento RFB – REFIS	191.512	191.512
ICMS a Recolher	569	13.333
FGTS a Recolher	844.428	12.516
<b>TOTAL</b>	<b>4.600.337</b>	<b>4.048.579</b>

## NOTA 20 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Correspondem aos valores de obrigações salariais a pagar, férias e licenças provisionadas.

	Em Reais	
	2019	2018
Obrigações Salariais a Pagar	793.368	23.826
Provisão Férias e Encargos	11.386.518	9.571.482
Provisão Licença Especial e Encargos	7.734.936	7.068.391
<b>TOTAL</b>	<b>19.914.822</b>	<b>16.663.699</b>

## NOTA 21 – CONVÊNIOS

Valores correspondentes a Convênios firmados com diversas entidades, para desenvolver projetos de interesse da CIDASC. Os valores registrados nesta rubrica correspondem a ingressos financeiros para execução dos Planos de Trabalho, cujo reconhecimento de receita se dá no momento da execução da despesa.

No ano de 2017, foi instaurada uma comissão de trabalho para realizar um encontro de contas referente a construção do Corredor de Exportação do Terminal Graneleiro, com objetivo de regularização dos saldos contábeis.

	Em Reais	
	2019	2018
MAARA – Conv. SUSAV 01/2000	0	103.628
Convênio Corredor Exportação TGSFS	6.762.085	6.762.085
MAPA 756431 – Sanidade Avícola	0	758.529
MAPA 762788 – Sanidade Pesqueira e Aquícola	187.840	430.833
MAPA 794620 – Suasa	1.120.676	1.850.553
FRBL 07/2018 – MPSC	427	0
<b>TOTAL</b>	<b>8.071.028</b>	<b>9.905.628</b>



## NOTA 22 – ESTOQUES DE TERCEIROS

O saldo corresponde aos estoques de terceiros que estão depositados nos armazéns Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul, O registro se reflete no grupo Estoques do Ativo Circulante.

	Em Reais	
	2019	2018
Mercadorias de Terceiros em Nosso Poder	17.282.596	30.920.022
<b>TOTAL</b>	<b>17.282.596</b>	<b>30.920.022</b>

## NOTA 23 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

Outras obrigações exigíveis até o final do exercício seguinte, não classificáveis nas rubricas anteriores.

	Em Reais	
	2019	2018
Créditos não Identificados	41.716	87
Caução de Credores	574.946	507.713
Adiantamento de Clientes	9.565	10.660
Valores Consignados Folha de Pagamento	0	353.392
Adiantamento da Alienação de Ativos <sup>(1)</sup>	515.403	515.403
Fonte 101 – Receitas a Realizar	1.162.445	0
<b>TOTAL</b>	<b>2.304.075</b>	<b>1.387.255</b>

- (1) – Valor correspondente a venda de terreno conforme a Licitação nº 101/2017, cujos benefícios econômicos permaneceram no controle da CIDASC até o encerramento do exercício de 2019.

O saldo de “Créditos não Identificados” corresponde a alvarás judiciais, os quais não tiveram identificação do processo a que se referem.

A rubrica “Fonte 101 – Receitas a Realizar” se refere a receita diferida dos ressarcimentos da SCPAR Porto de São Francisco do Sul, os valores são reflexos do lançamento em Recursos Disponíveis no grupo Outros Créditos a Receber (vide Nota 13).

## NOTA 24 – CONVÊNIOS LONGO PRAZO

O grupo Recursos de Convênios Aplicados a Realizar é utilizado para contabilizar os valores correspondentes à aquisição com recursos de convênios de bens classificados como imobilizado ou intangível, cuja receita será reconhecida em conformidade com a depreciação ou amortização destes bens ao longo de sua vida útil.

	Em Reais	
	2019	2018
Convênio Sapiens Park	33.211	43.599
Convênio MAPA 002/2008	0	877
Convênio MAPA 001/2008	0	3.219
Convênio MAPA 001/2009	1.488	5.424
Convênio MAPA 755855/2011	41.557	58.202
Convênio MAPA 756431/2011	205.517	274.695
Convênio MAPA 762778/2011	63.924	78.400
Convênio MAPA 794620/2013	2.058.787	2.393.330
Convênio MP/SC 9/2015 FRBL	41.701	49.323
<b>TOTAL</b>	<b>2.446.185</b>	<b>2.907.069</b>

## NOTA 25 – PROVISÃO DE CONTINGÊNCIAS

Representa o montante de estimativas, reconhecido como provável, de gastos com processos judiciais, tais valores são provisionados com base na opinião dos nossos assessores legais.

	Em Reais	
	2019	2018
Provisão Trabalhista	5.589.279	6.030.553
Provisão Cível	2.957.901	2.610.494
<b>TOTAL</b>	<b>8.547.180</b>	<b>8.641.047</b>

	Em Reais		
	Trabalhista	Cível	Total
Saldo 31/12/2018	6.030.553	2.610.494	8.641.047
Adições	489.026	391.259	880.285
Reversões	930.300	43.852	974.152
<b>Saldo 31/12/2019</b>	<b>5.589.279</b>	<b>2.957.901</b>	<b>8.547.180</b>

## NOTA 26 – OUTRAS OBRIGAÇÕES LONGO PRAZO

São compostas pelo parcelamento junto à Receita Federal do Brasil e por receitas diferidas.

	Em Reais	
	2019	2018
Parcelamento RFB Lei nº 12.996/2014	1.545.920	1.737.432
Receita Diferida - Recursos Fonte 100 a Realizar	198.455	225.540
<b>TOTAL</b>	<b>1.744.375</b>	<b>1.962.972</b>

### a) Parcelamento RFB Lei nº 12.966/2014

A empresa aderiu ao parcelamento da Receita Federal do Brasil (RFB), instituído pela Lei nº 12.996/2014, conhecido como REFIS DA COPA.



Em 2012 a empresa foi notificada pelo não recolhimento dos valores devidos a “Outras Entidades” incidente sobre a folha de pagamento, durante os meses de maio/2011 a dezembro/2011. O valor do montante não recolhido foi de R\$ 1.986.419,45.

Após consulta à Procuradoria Geral do Estado (PGE) sobre a pertinência da adesão e esta, em 21/08/2014, emitiu parecer favorável ao parcelamento. Sendo assim, em 25/08/2014, a empresa desistiu do processo administrativo e aderiu ao REFIS.

	Em Reais	
	2019	2018
Parcelamento Refis da Copa	1.545.920	1.737.432
<b>TOTAL</b>	<b>1.545.920</b>	<b>1.737.432</b>

Composição total da obrigação:

	Em Reais	
	2019	2018
Circulante	191.512	191.512
Não Circulante	1.545.920	1.737.432
<b>TOTAL</b>	<b>1.737.432</b>	<b>1.928.944</b>

#### b) Receita Diferida – Recursos Fonte 100 a Realizar

Em 2017, a CIDASC recebeu recursos provenientes do ente controlador para compra de imobilizado num total de R\$ 266.559,37, que estão sendo reconhecidos como receita de acordo com a depreciação destes bens. No decorrer de 2019, foi depreciado e reconhecido como receita R\$ 27.085,08.

### NOTA 27 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital Social

O Capital Social Subscrito apresenta um montante de R\$ 42.408.423,68. O Capital está totalmente integralizado pelo seu único acionista – o Governo do Estado de Santa Catarina.

#### b) Das Reservas

Reserva de Reavaliação - Em 1999, a CIDASC procedeu às reavaliações de bens imóveis (terrenos e edificações) em todas as unidades da empresa. O laudo de avaliação foi emitido por JDR Consultores Associados Ltda. Atualmente o saldo da Reserva de Reavaliação é composto por terrenos reavaliados. As edificações reavaliadas foram totalmente depreciadas e os tributos revertidos.

Reserva de Capital – Constituída em 2009 conforme manifesto nº 014/08 da Assessoria Jurídica referente às compensações de créditos da construção do Corredor de Exportação Terminal Graneleiro São Francisco do Sul - Deliberação CAP (Conselho de Autoridade Portuária) nº 82/02-X;



	Em Reais	
	2019	2018
Reserva de Reavaliação	4.833.755	4.833.755
Reserva de Capital	25.134.178	25.134.178
<b>TOTAL</b>	<b>29.967.933</b>	<b>29.967.933</b>

### c) Prejuízos Acumulados

Os valores que compõem os prejuízos acumulados estão distribuídos conforme tabela abaixo.

	Em Reais	
	2019	2018
Resultado Líquido do Exercício	(9.425.009)	(2.279.008)
(-) Prejuízos Acumulados	(54.287.914)	(52.162.719)
(-) Prejuízos Acumulados dif. IPC/BTNF	(2.512.958)	(2.512.958)
Efeitos Líquidos dif. IPC/BTFN	32.597	32.597
<b>TOTAL</b>	<b>(66.193.284)</b>	<b>(56.922.088)</b>

## NOTA 28 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas operacionais são obtidas através das receitas de revenda de mercadorias e prestação de serviços.

As receitas comerciais referem-se a revenda de guias da Defesa Sanitária Animal.

As receitas de prestação de serviços são formadas por serviços de armazenagem, defesa sanitária vegetal, classificação de produtos de origem vegetal, inspeção de produtos de origem animal, apoio laboratorial e fiscalização de insumos agrícolas.

	Em Reais	
	2019	2018
Receitas Revenda de Mercadorias	2.231	3.404
Receitas Prestação Serviços	27.499.169	43.620.756
<b>TOTAL FATURAMENTO</b>	<b>27.501.400</b>	<b>43.624.160</b>

	Em Reais	
	2019	2018
(-) Deduções Receitas Revenda de Mercadorias	(232)	(315)
(-) Deduções Receitas Prestação Serviços	(3.559.970)	(5.372.541)
<b>TOTAL DEDUÇÕES</b>	<b>(3.560.202)</b>	<b>(5.372.856)</b>

	Em Reais	
	2019	2018
Receita Bruta	27.501.400	43.624.160
(-) Deduções Receita	(3.560.202)	(5.372.541)
<b>TOTAL RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>23.941.198</b>	<b>38.251.304</b>



## NOTA 29 – CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

São gastos aplicados diretamente na geração de receitas.

	Em Reais	
	2019	2018
Custos de Mercadorias Vendidas	1.741.243	1.623.910
Custos dos Serviços Prestados	4.868.926	5.946.537
<b>TOTAL</b>	<b>6.610.169</b>	<b>7.570.447</b>

## NOTA 30 – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Compõem as despesas operacionais: Despesas de Pessoal, Benefícios a Empregados, Despesas Gerais e Despesas Tributárias.

	Em Reais	
	2019	2018
a) Despesas de Pessoal	180.827.785	175.883.232
b) Benefícios a Empregados	14.241.571	13.866.569
c) Despesas Gerais	22.002.764	27.332.525
d) Despesas Tributárias	586.244	264.667
<b>TOTAL</b>	<b>217.658.364</b>	<b>217.346.993</b>

### a) Despesas de Pessoal

Rubrica composta pelos valores dispendidos com a folha de pagamento da empresa.

	Em Reais	
	2019	2018
Salários e Ordenados	76.594.549	75.994.438
Encargos INSS	23.481.803	22.732.162
Encargos FGTS	6.715.720	6.651.704
13º Salário e Encargos	8.817.129	8.595.827
Férias e Encargos	12.669.984	11.188.568
Licença Prêmio e Encargos	1.643.806	831.840
Programa de Demissão Incentivada	47.714.240	47.719.258
Bolsa Estágio	413.262	473.774
Provisão de Contingência Trabalhista	489.026	714.536
Indenizações Judiciais	1.600.746	0
Medicina e Segurança do Trabalho	330.257	527.727
Honorários Diretoria	310.223	434.778
Honorários Conselho Fiscal	47.040	18.620
<b>TOTAL</b>	<b>180.827.785</b>	<b>175.883.232</b>

### b) Benefícios a Empregados

Os benefícios concedidos aos empregados foram: previdência privada, assistência médica, Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT), Vale Transporte (VT), auxílio creche e babá, diárias, despesas com funerais, cursos, instruções e eventos.



	Em Reais	
	2019	2018
Assistência Médica	2.129.124	2.279.189
Programa de Alimentação ao Trabalhador – PAT	5.542.470	5.425.143
Previdência Privada	2.473.263	2.480.290
Auxílio Creche e Babá	3.538.172	3.496.091
Instruções e Cursos	109.580	166.306
Diárias de Viagens	380.066	0
Demais Benefícios	68.896	19.550
<b>TOTAL</b>	<b>14.241.571</b>	<b>13.866.569</b>

A rubrica “Diárias de Viagens” apresentada até o ano de 2018 no grupo de Despesas Gerais foi alterada para o grupo Benefícios a Empregados.

### c) Despesas Gerais

Valores dispendidos para a manutenção da empresa, sendo os principais gastos com serviços de terceiros gerais, depreciação e amortização, energia elétrica e serviço de comunicação.

	Em Reais	
	2019	2018
Serviços de Terceiros	8.148.359	9.293.585
Depreciação e Amortização	5.686.538	5.688.622
Materiais de Consumo	788.942	808.523
Energia Elétrica	2.768.192	2.889.989
Serviços de Comunicação	2.360.368	3.455.488
Água	177.549	169.974
Locação de Imóveis	371.838	422.969
Locação de Máquinas e Equipamentos	213.080	254.738
Seguros	397.006	363.654
Diárias de Viagens	0	453.325
Provisão Contingência Cível	391.260	218.812
Combustíveis e Manutenção de Veículos	487.455	434.078
Publicações Legais	125.988	119.699
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	3.504	2.510.024
Indenizações Judiciais	49.099	0
Outras Despesas Administrativas	33.587	249.045
<b>TOTAL</b>	<b>22.002.764</b>	<b>27.332.525</b>

### d) Despesas Tributárias

Referem-se, em sua maioria ao IPTU, Taxa de Licenciamento de Veículos e ICMS Diferencial de Alíquotas na aquisição de mercadorias de outros estados destinadas ao ativo imobilizado ou uso e consumo, bem como outras taxas.



	Em Reais	
	2019	2018
IPTU e Taxa de Coleta de Lixo	156.804	114.961
ICMS	28.875	23.913
ITR	647	647
Taxa Licenciamento Veículos	62.680	60.843
Taxas Federais	309.884	16.624
Taxas Estaduais	2.607	1.017
Taxas Municipais	24.746	45.148
IOF	1	1.514
<b>TOTAL</b>	<b>586.244</b>	<b>264.667</b>

### NOTA 31 - BENEFÍCIO PÓS EMPREGO – PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

A CIDASC possui um plano de previdência complementar a seus colaboradores: o CIDASC-FLEX CERES. Administrado pela CERES – Fundação de Seguridade Social, é oferecido de forma facultativa a todos os seus funcionários cobrindo benefícios programados e de risco.

É contratado na modalidade contribuição definida (CD), já que previamente o participante define o valor de contribuição em porcentagem salarial, até o limite de 7% do salário de participação. Pode fazer ainda aportes adicionais (sem paridade da patrocinadora) ou alterar o percentual de contribuição periodicamente.

Na fruição do benefício, o valor deste é calculado no momento da aposentadoria, com base no saldo da reserva pessoal e tem caráter vitalício.

O custeio é paritário (até o limite de 7%), de modo que a parcela da CIDASC corresponde a 50% da contribuição mensal. As contribuições realizadas pela companhia em 2019 totalizaram R\$ 2.473.263,89.

### NOTA 32 – OUTRAS RECEITAS

São classificadas como outras receitas, as receitas provenientes de subvenções, receitas diversas como reversão de provisões, indenizações recebidas, e os ganhos na venda de imobilizado.

	Em Reais	
	2019	2018
a) Subvenções Recebidas	183.630.238	168.466.395
b) Outras Receitas	7.127.427	11.114.086
c) Ganho de Capital	6.413	5.392.987
<b>TOTAL</b>	<b>190.764.078</b>	<b>184.973.468</b>

#### a) Subvenções Recebidas

Referem-se às subvenções recebidas do Governo do Estado de Santa Catarina, para custeio, principalmente para despesa com folha de pagamento e seus encargos.

Também são contabilizadas as receitas com os convênios firmados com o Ministério da Agricultura e da Pesca (MAPA), Secretaria do Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural de Santa Catarina e Ministério Público do Santa Catarina,

que concedeu recursos para o projeto “Educação Sanitarista em Defesa Agropecuária”.

	Em Reais	
	2019	2018
Subvenção Estadual	179.623.695	165.341.973
Subvenção Federal	2.328.458	1.781.229
Subvenção Convênio Secretaria da Agricultura	1.608.964	1.335.571
Subvenção Ministério Público SC	69.121	7.622
<b>TOTAL</b>	<b>183.630.238</b>	<b>168.466.395</b>

#### b) Outras Receitas

Composta por receitas com locação, reversão de provisões, venda de sucatas em leilão e ganhos em processos judiciais.

	Em Reais	
	2019	2018
Reversões de Provisões	5.861.629	7.523.578
Receitas com Locações	10.456	22.411
Doações e Bonificações Recebidas	22.920	1.085
Multas Recebidas	15.662	2.491
Recuperação de Despesas	7.813	46.656
Indenizações Recebidas	18.176	0
Reversão de Provisão de Contingências	974.152	977.387
Reversão de Perdas Estimadas de Crédito	5.149	2.561.184
Liquidação Duvidosa		
Outras Receitas Operacionais	263.819	62.274
(-) Deduções de Outras Receitas	(52.349)	(82.980)
<b>TOTAL</b>	<b>7.127.427</b>	<b>11.114.086</b>

#### c) Ganho de Capital

São registrados os ganhos nas baixas ou alienações de imobilizado e intangíveis. Em 2019 a companhia não realizou leilão de bens.

	Em Reais	
	2019	2018
Ganhos na Baixa ou Alienação de Imobilizado	6.413	5.392.987
<b>TOTAL</b>	<b>6.413</b>	<b>5.392.987</b>

#### NOTA 33 – OUTRAS DESPESAS

São registrados os valores das perdas nas baixas ou alienações de imobilizado e intangíveis.

	Em Reais	
	2019	2018
Perdas na Baixa ou Alienação de Imobilizado	6.680	1.964.934
<b>TOTAL</b>	<b>6.680</b>	<b>1.964.934</b>



## NOTA 34 – RESULTADO FINANCEIRO

### a) Receitas Financeiras

São compostas por encargos recebidos de clientes em atraso, descontos e rendimentos de aplicação financeira.

	Em Reais	
	2019	2018
Juros Recebidos	160.163	1.057.924
Correção Monetária	0	5.748
Rendimento Aplicação Financeira	30.422	12.815
Multas Recebidas	251.149	437.783
Demais Receitas Financeiras	9.978	1.944
<b>TOTAL</b>	<b>451.712</b>	<b>1.516.214</b>

### b) Despesas Financeiras

São compostas por tarifas e comissões bancárias, referentes a despesas com emissão de boletos e manutenção de conta bancária, além de juros passivos e multas.

	Em Reais	
	2019	2018
Juros Passivos e Multas	249.117	92.229
Tarifas e Comissões Bancárias	57.665	45.390
<b>TOTAL</b>	<b>306.782</b>	<b>137.619</b>

## NOTA 35 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Total de tributos sobre o lucro apurados no período. Como a Companhia apurou Prejuízo Fiscal no ano de 2019, não houve apropriação de Imposto de Renda e Contribuição Social.

	Em Reais	
	2019	2018
Imposto de Renda	0	0
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

## NOTA 36 – PASSIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes trabalhistas e cíveis foram constituídos com base em riscos de perdas em processos em que a Companhia faz parte, cuja probabilidade de perda é possível na opinião dos assessores legais. A entidade não reconhece contabilmente um passivo contingente, sendo necessária apenas sua divulgação em



notas explicativas, conforme exposto na NBC TG 25 (R2), que dispõe sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

	Em Reais	
	2019	2018
Trabalhista	3.560.087	6.822.885
Cível	23.282.153	22.721.609
<b>TOTAL</b>	<b>26.842.240</b>	<b>29.544.494</b>

#### NOTA 37 – SEGUROS

A CIDASC mantém os seguintes contratos de seguros para cobrir eventuais sinistros:

OBJETO	VALOR SEGUADO
Veículos	100% da Tabela FIPE
Predial – Ed. Embaixador	R\$ 4.000.000
Operador Portuário	R\$ 1.000.000

#### NOTA 38 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Em 2019, foram realizados ajustes de exercícios anteriores, relacionados a erros nas contas patrimoniais:

	Em Reais
	Diversos anos
Tributos a Recolher	158.894
Mercadorias para Entrega Futura	(4.912)
Despesas Gerais	(169)
<b>TOTAL</b>	<b>153.813</b>

O montante dos Tributos a Recolher ajustado se refere a valores prescritos, vencidos a mais de cinco anos que tinham seus saldos repetitivos na Contabilidade.

#### NOTA 40 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Entre a data da emissão das demonstrações em 31 de dezembro de 2019 e a autorização para emissão das demonstrações em 19 de março de 2020, ocorreram os seguintes fatos relevantes que destacamos:

- A partir da vigência da Resolução SCPAR nº 018/2019, as receitas decorrentes da prestação de serviços de armazenagem e operação do corredor de exportação do Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul deixaram de ser auferidas pela CIDASC; assim a Companhia sofreu considerável baixa na sua arrecadação, em contraponto também houve redução dos custos com a manutenção destas atividades. Estão sendo estudadas junto ao Governo do Estado de Santa Catarina medidas salutares para operacionalização econômico-financeira da Companhia, como o custeio de despesas essenciais.



- Em 12 de março de 2020, em atendimento a Lei Estadual n. 17.825/19, que estabeleceu a política da Defesa Sanitária Vegetal no Estado de Santa Catarina, as Permissões de Trânsito Vegetal – PTVs foram admitidas como taxas e a partir desta data passaram a ser arrecadadas por Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais (DARE) deixando de ser cobradas no formato de serviços.

- Pandemia de COVID-19: A doença respiratória aguda causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2) foi identificada pela primeira vez em Wuhan na China em dezembro de 2019. Em 30 de janeiro de 2020 a Organização Mundial da Saúde – OMS declarou o surto como uma Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional. Em 11 de março de 2020 a OMS declarou o surto como pandemia, sob justificativa de que o vírus encontrou ponto de apoio em todos os continentes. Os efeitos mundiais da pandemia incluem instabilidade social e econômica, corrida às compras, xenofobia, a disseminação de notícias falsas e teorias da conspiração e o encerramento de atividades. No Brasil, o primeiro caso foi confirmado em 25 de fevereiro de 2020 no Estado de São Paulo; em 05 de março o Ministério da Saúde confirmou a transmissão local do vírus. Em Santa Catarina os primeiros casos foram confirmados em 12 de março de 2020. Já no dia 16 de março, com sete casos confirmados e 109 suspeitos, o Governo do Estado de Santa Catarina, por meio do Decreto n. 507, adota medidas para auxiliar na prevenção e no combate a COVID-19, como o trabalho remoto para os agentes públicos estaduais pertencentes ao grupo de risco. No dia seguinte (17) foram suspensas as aulas da rede pública e privada em todo território catarinense, pelo período de trinta dias. Por meio do decreto 515, de 17 de março de 2020, o Governo do Estado decreta situação de emergência em todo território catarinense, e para enfrentamento da situação declarada suspende sob o regime de quarentena diversas atividades, ficando autorizados somente os serviços considerados essenciais. No dia 19 de março, o boletim do Estado fecha com 21 casos confirmados de COVID-19 e 273 casos suspeitos.

Luciane de Cássia Surdi  
Presidente

Leonardo Antunes  
Contador CRC/SC 036144 /O-6

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

---

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas da

**COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - CIDASC**  
**FLORIANÓPOLIS - SC**

### Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - CIDASC**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - CIDASC**, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para Opinião com Ressalva sobre as Demonstrações Contábeis

1- A conta “Conta Única” registrava em 31 de dezembro de 2019 o saldo de R\$ 10.595.199,44 e em 31 de dezembro de 2018 o saldo de R\$ 10.021.502,95. Foi solicitado o extrato oficial, emitido pela Secretaria da Fazenda, e até o término de nossos trabalhos não foi obtido retorno, motivo pelo qual, ressalvamos o valor citado.

2- O saldo da conta “Outras Duplicatas a Receber” em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 158.169,33 Conforme informado pela CIDASC, o saldo foi constituído antes de 2008 e não foi apresentado relatório que subsidiasse os referidos valores, motivo pelo qual não podemos emitir opinião sobre este saldo.

3- A conta “Bloqueio Judicial” registrava em 31 de dezembro de 2019 o saldo de R\$ 3.416.521,66 e a conta Depósitos Recursais totalizava em 31.12.2019 o saldo de R\$ 2.894.561,79 Não nos foram fornecidos os extratos oficiais referentes a confirmação da totalidade dos saldos mencionados.

4- Sobre a conta “Credores por Convênios e Contratos”, fizemos as seguintes ressalvas: Os convênios “Bunge Alimentos S/A” – R\$ 4.777.858,80; “Litoral Agência Marítima Ltda.” – R\$ 1.245.590,57 e “Agrenco do Brasil Ltda.” R\$ 738.635,64 não estão suportados por documentação legal e persistem sem movimentação há longa data. Por este motivo emitimos ressalva sobre estes saldos.

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

---

5- A conta “Reserva de Capital” em 31 de dezembro de 2019 abriga o saldo de R\$ 25.134.178, referente a créditos de operação da construção do Corredor de Exportação no Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul. Ressalvamos que este registro contábil não encontra suporte na Lei n. 6.404/76.

### Ênfase

1- A Nota Explicativa nº 09 - a), que trata do “Programa de Demissão Incentiva - PDI” da Companhia, aprovado pela Resolução CPF no. 25/2008, que contempla aos funcionários a opção pela adesão ao plano de demissão incentivada. As rescisões contratuais, através do PDI, iniciaram em fevereiro de 2009 e a vigência do programa é de 13 (treze) anos, logo os valores estão segregados no Ativo Circulante e no Ativo Não Circulante. Nas demonstrações contábeis os incentivos financeiros estão reconhecidos como segue: “Ativo Circulante – Outros Créditos a Receber – PDI” R\$ 48.046.931,16 e “Ativo não Circulante – Outros Créditos a Receber – PDI” R\$ 215.149.943,42 “Passivo Circulante – Despesas Provisonadas – PDI” R\$ 48.046.931,16 e “Passivo não Circulante – Despesas Provisonadas – PDI” R\$ 215.149.943,42. Ressaltamos que as contabilizações dos valores citados foram efetuadas no pressuposto da responsabilidade do Governo do Estado pelo pagamento dos mesmos. Nossa Opinião não está ressalvada em virtude deste assunto.

2- Conforme Notas Explicativas nº 25 e 36 a Companhia figura como Ré em ações judiciais Trabalhistas e Cíveis, bem como Auto de Infração na esfera administrativa junto à Receita Federal do Brasil. De acordo com o Relatório emitido pela Assessoria Jurídica da CIDASC, estas ações que estão avaliadas quanto ao grau de risco de perda possível somam R\$ 26.842.240, enquanto as provisões realizadas com base no grau de risco provável somam R\$ 8.547.180. Nossa Opinião não está ressalvada em virtude deste assunto.

3- A Companhia apresenta Ativo Total de R\$ 334.943.427, em 31 de dezembro de 2019, caracterizando-se como empresa de grande porte conforme Lei n. 11.638/07, sendo necessária a aplicação dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC em sua íntegra em conformidade as Normas Brasileiras de Contabilidade. Até o término de nossos trabalhos, a companhia não havia efetuado estudos para aplicação na mencionada norma em sua íntegra. Nossa Opinião não está ressalvada em virtude deste assunto.

4- Conforme item nº 40 das Notas Explicativas a partir da vigência da Resolução SCPAR nº 018/2019, as receitas decorrentes da prestação de serviços de armazenagem e operação do corredor de exportação do Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul deixaram de ser auferidas pela CIDASC; assim a Companhia sofreu considerável baixa na sua arrecadação, em contraponto também houve redução dos custos com a manutenção destas atividades. Estão sendo estudadas junto ao Governo do Estado de Santa Catarina medidas salutares para operacionalização econômico-financeira da Companhia, como o custeio de despesas essenciais.

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

---

### Outros Assuntos

#### Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

Os valores correspondentes ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparabilidade, foram anteriormente examinados por nós sobre os quais emitimos relatório em 29 de março de 2019, emitindo parecer, com as seguintes ressalvas: 1- A conta “Conta Única” registrava em 31 de dezembro de 2018 o saldo de R\$ 10.021.502,95 e em 31.12.2017 o saldo de R\$ 4.838.493. Foi solicitado o extrato oficial, emitido pela Secretaria da Fazenda, e até o término de nossos trabalhos não foi obtido retorno, motivo pelo qual, ressalvamos o valor citado. 2- O saldo da conta “Outras Duplicatas a Receber” em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 158.169. Conforme informado pela CIDASC, o saldo foi constituído antes de 2008 e não foi apresentado relatório que subsidiasse os referidos valores, motivo pelo qual não podemos emitir opinião sobre este saldo. 3- A conta “Bloqueio Judicial” registrava em 31 de dezembro de 2018 o saldo de R\$ 5.657.717. Não nos foram fornecidos os extratos oficiais referentes a confirmação da totalidade dos saldos mencionados. Os Depósitos Recursais totalizavam em 31.12.2018 o saldo de R\$ 3.136.460 e não estavam conciliados. 4- Sobre a conta “Credores por Convênios e Contratos”, fizemos as seguintes ressalvas: Os convênios “Bunge Alimentos S/A” – R\$ 4.777.858,80; “Litoral Agência Marítima Ltda.” – R\$ 1.245.590,57 e “Agrenco do Brasil Ltda.” R\$ 738.635,64 não estão suportados por documentação legal e persistem sem movimentação há longa data. Por este motivo emitimos ressalva sobre estes saldos. 5- A conta “Reserva de Capital” em 31 de dezembro de 2018 abriga o saldo de R\$ 25.134.178, referente a créditos de operação da construção do Corredor de Exportação no Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul. Ressalvamos que este registro contábil não encontra suporte na Lei n. 6.404/76.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração obtido antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da **COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - CIDASC** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

---

determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas Contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

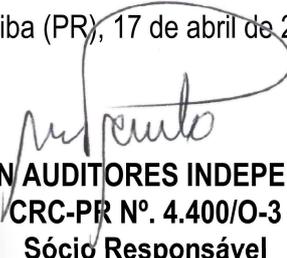
---

relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações se os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance do planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR), 17 de abril de 2020.

  
**AUDIPLAN AUDITORES INDEPENDENTES**  
 **CRC-PR Nº. 4.400/O-3**  
**Sócio Responsável**  
**Contador, PAULO ROBERTO DÓRO.**  
**CRC-PR Nº. 12.673/O-8**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA DA PESCA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL  
COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE GESTÃO ECONÔMICO FINANCEIRA



## **PARECER DO CONSELHO FISCAL ENCERRAMENTO EXERCÍCIO CONTÁBIL DE 2019**

O Conselho Fiscal da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, em reunião realizada no dia 22 de abril de 2020, no cumprimento das disposições contidas no artigo 163 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e Lei nº 10.303 de 31 de dezembro de 2001, apreciou o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas, o Parecer dos Auditores Independentes e demais documentos e informações referentes ao término do exercício de 2019.

À vista das verificações realizadas mensalmente nos balancetes da Empresa e das análises sobre os critérios adotados e considerando a manifestação contida no Parecer dos Auditores Independentes da Audiplan Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal são de parecer que o referido Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras que o acompanham refletem com fidelidade a situação patrimonial e econômico-financeira da Sociedade, naquela data, estando, portanto, em condições de serem submetidos à apreciação ao Conselho de Administração.

Florianópolis (SC), 22 de abril de 2020.

**Décio Alfredo Rockenbach**

**Olices Osmar Santini**

**Eduardo Pizzolatti Miranda Ramos**